

# RELATÓRIO & CONTAS 2022

## Relatório dos Administradores

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ADMINISTRADOR-DELEGADO

O ano de 2022 revelou-se de grandes dificuldades, em Moçambique, e de grandes desafios para o Banco Letshego.

Acontecimentos de grande impacto internacional e nacional, tais como os efeitos remanescentes da pandemia da Covid-19, o prolongamento da guerra entre a Rússia e Ucrânia, a situação político-militar no norte do país (Cabo Delgado), as pressões macroeconómicas que resultaram num índice de inflação de 10.29%, as alterações das taxas da política monetária, com destaque para o incremento de 4% da Prime Rate (PLR), bem como os desafios atinentes à implementação da nova tabela salarial única (TSU) para o sector público, afectaram, de forma significativa, o ambiente macroeconómico e, particularmente, o sector financeiro, obrigando as instituições a um esforço adicional para continuar a disponibilizar os serviços aos clientes.

No caso vertente do Banco Letshego, o esforço da administração e dos colaboradores continuou orientado nos cinco pilares estratégicos que corporizam o processo de transformação do banco, nomeadamente a agilidade corporativa, digitalização, diversificação dos produtos, equilíbrio geográfico e sustentabilidade do negócio. Destacam-se, de entre os serviços, o Agente Bancário, "LetsGo" e Comércio Comunitário (ComCom), que operam através de uma plataforma digital que permite o acesso a serviços financeiros nas zonas rurais de Moçambique, tais como depósitos, incluindo Contas Poupança e Depósitos a Prazo remunerados a taxas atractivas, transferências intra e interbancárias e pagamentos aos

fornecedores de serviços. Para além dos canais acima, destaca-se, igualmente, o cartão de débito da Mastercard que, a 31 de Dezembro de 2022, se encontrava em fase de testagem-piloto.

O ano de 2022 voltou a ser caracterizado por um crescimento da carteira líquida de crédito em cerca de 5.5% (volume) e um ligeiro decréscimo de 0.9% no número de clientes (2022: 84.283; e 2021: 85.038 clientes) do Banco Letshego, S.A.; de consolidação do seu negócio e da estratégia definida em finais de 2019, traduzindo-se na expansão dos seus produtos e serviços e na implementação de condições para que o ano de 2022 fosse o ano da consolidação da contribuição de todas as áreas de negócio para o crescimento da actividade.

Não obstante as condições macroeconómicas adversas antes referidas, o ano de 2022 fica marcado por um Resultado Líquido do exercício que ascendeu a cerca de 721 milhões de meticais (2021: 923 milhões de meticais) e o total de activos é de cerca de 11 859 milhões de meticais (2021: 11 283 milhões de meticais), impulsionado principalmente pelo aumento da carteira de crédito a clientes.

Depreende-se a redução dos resultados líquidos em 22%, impactado pelo aumento dos juros e encargos similares como consequência do aumento da PLR, aumento dos gastos com imparidades de crédito e dos gastos de estrutura, como consequência dos efeitos adversos das pressões macroeconómicas antes referidas.

Destaca-se ainda o crescimento da carteira líquida em 5.5%, posicionando-se para além dos MT 10 mil milhões, e consequente crescimento dos activos totais.

Destaca-se, igualmente, a ligeira redução de depósitos de clientes em 3.6% e o aumento de empréstimos de outros bancos em 21%, como parte da estratégia de reestruturação das fontes de financiamento, com vista a proteger a acessibilidade dos produtos para os clientes.

As estratégias adoptadas em 2022, permitiram ao banco a protecção das suas quotas de mercado em 1.43% para os activos totais, 3.66% para os créditos e 0.46% para os depósitos.

Não obstante a reduzida quota de mercado, a XXIV edição da pesquisa das 100 maiores empresas de Moçambique, emitida em 2022 pela KPMG, posiciona o Banco Letshego no 38º lugar, registando a subida de um lugar comparativamente ao ano anterior.

A pesquisa do mesmo ano, focalizada ao sector bancário, destaca ainda o Banco Letshego num lote de 20 bancos comerciais que operam em Moçambique como o:

- Banco mais eficiente nos anos de 2020 e 2021;
- Terceiro banco com o melhor rácio de solvabilidade;
- Quarto banco com a melhor rentabilidade dos fundos próprios;

- Quinto banco com a melhor qualidade da carteira de crédito; e

- Quarto banco, pelo segundo ano consecutivo, com o melhor lucro do exercício.

No que tange às questões prudenciais, nomeadamente a solvabilidade e liquidez, o banco manteve-se confortavelmente acima dos limites regulamentares registando, a 31 de Dezembro de 2022, um rácio de solvabilidade de 44.60%, acima dos 12% regulamentares, porém abaixo dos 50.99% registados em 2021, justificando-se essa redução pela declaração de dividendos no valor total de MT 990 milhões sobre os lucros obtidos nos exercícios de 2020 e 2021. Por outro lado, o rácio de liquidez cifrou-se a 43.72%, ao fecho do ano de 2022.

O Banco Letshego, S.A., faz parte do grupo Letshego Holdings Limited o qual se configura como instituição Pan-Africana, que opera em 11 países, nomeadamente Botsuana, Quênia, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Ruanda, eSwatini, Tanzânia, Nigéria, Uganda e Gana. A subsidiária Moçambicana é considerada a 3ª maior, depois das congéneres de Botsuana e Namíbia, com uma contribuição de 27% nos lucros brutos de 2022 e com a maior carteira de depósitos.

A rede de distribuição do Banco Letshego manteve-se inalterada em termos de agências, com um total de 13, sendo 3 na cidade de Maputo e 10 nas restantes capitais provinciais, estando em curso um processo de remodelação para se conformar com as exigências regulares e

conferir o alargamento de serviços e comodidade ao cliente.

O acesso aos distritos e localidades continuou a ser garantido através das plataformas electrónicas e de agentes de vendas, num total de 604 distribuídos por todo o país.

O Banco Letshego S.A. conta com uma força motriz jovem e integralmente moçambicana, em todos os escalões da estrutura organizacional, dos quais 70% com idade inferior a 40 anos e 2% acima dos 50, num total de 166 colaboradores efectivos.

Deste universo, apenas 36% são do sexo feminino, pelo que a gestão colocou em prática estratégias para o equilíbrio de género.

Desenvolver as suas actividades e disponibilizar produtos e serviços financeiros em adesão a padrões de ética e conduta irrepreensíveis, continua um dos principais compromissos do Banco Letshego para com os consumidores financeiros que aderem às suas soluções, e demais stakeholders, alicerçados na convicção de que o comportamento ético dos seus colaboradores, e o cumprimento de bons padrões de conduta no geral, e em especial conduta bancária, representam um activo valioso para instituição na certificação de que o Banco cumpre com o seu propósito de "Melhorar Vidas", disponibilizando soluções centralizadas e adequadas aos fins esperados pelos consumidores financeiros, bem assim minimizando potenciais riscos reputacionais.

Foi nesse contexto que, tendo presente a preocupação com questões éticas, deontológicas e de conduta, o Banco desenvolveu e activou uma linha de reporte interna para denúncia de comportamentos anti-éticos, desviantes e fraudulentos, assegurando todas as garantias de protecção e anonimato aos denunciadores, ao mesmo tempo que implementou em 2022, acções de formação em matéria de Conduta, a todos os seus colaboradores, com especial enfoque no Conselho de Administração e Comissão Executiva, de modo a garantir que o "tom" da base ao topo esteja devidamente

estabelecido.

Para 2023 o Banco Letshego, S.A. ambiciona manter os níveis de crescimento já alcançados e incrementar a sua oferta de produtos e serviços, com destaque para a expansão dos cartões de débito, diversificação de produtos e serviços e a consolidação de soluções digitais, que para além de reduzir a circulação de notas e moedas no sector, irão conferir maior comodidade e flexibilidade na interacção entre o banco e os clientes, bem como nos processos de pagamento de serviços.

Em resumo, pode-se dizer que o ano de 2022 foi caracterizado por adversidades macroeconómicas, porém o banco manteve níveis aceitáveis de rentabilidade, de crescimento da sua carteira de crédito, de solidez da sua estrutura de capital e de liquidez, mantendo-se forte para servir os seus clientes em 2023 com maior comodidade e agilidade.

Estes resultados e resiliência só foram possíveis devido à competência, dedicação e elevado profissionalismo de todos os colaboradores do Banco Letshego, aos quais se deixa a merecida apreciação e agradecimento, em nome do Conselho de Administração.

Igualmente, o Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento e apreço aos Accionistas, Mesa de Assembleia Geral, Fiscal Único, Auditor Externo, Banco de Moçambique e todas as autoridades que foram, igualmente, fundamentais para o funcionamento do banco, por toda a colaboração que, aliás, o Banco Letshego sempre mereceu ao longo dos anos que opera em Moçambique.

Aos clientes, a razão da existência do Banco Letshego, vai o agradecimento especial pela privilegiada preferência e confiança, reiterando-se a promessa de continuar a servir para garantir a satisfação das suas expectativas, com maior comodidade, agilidade e simplicidade, contribuindo para a melhoria de vidas.

## 2. Principais Indicadores Financeiros

Balanco	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
Absoluta Activo Total (Líquido)	11,858,593	11,282,789	5.1%	575,804
Volume de Negócios	13,321,182	12,721,413	4.7%	599,769
Crédito a Clientes (Bruta)	10,484,151	9,775,734	7.2%	708,418
Recursos de Clientes	2,837,030	2,945,679	-3.7%	(108,649)
Situação Líquida	5,059,557	5,327,584	-5.0%	(268,027)
Rácio de Transformação	370%	332%	11.4%	-
Volume de Negócios por Colaborador	80,248	74,832	7.2%	5,416
<b>Resultados</b>				
Produto Bancário	2,164,125	2,219,804	-2.5%	(55,679)
Margem Financeira	1,972,322	2,084,183	-5.4%	(111,861)
Margem Complementar	191,803	135,622	41.4%	56,181
Custos Operacionais	814,190	785,446	3.7%	28,744
Imparidades e Provisões do Exercício	230,599	13,588	1597.1%	217,011
Imposto sobre Resultados	398,029	497,974	-20.1%	(99,945)
Resultado Líquido	721,307	922,796	-21.8%	(201,489)
<b>Rentabilidade</b>				
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	18.7%	20.6%	-9.0%	-
Rendibilidade do Activo Total Médio (ROAA)	6.2%	8.5%	-27.0%	-
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROEA)	13.9%	17.8%	-22.2%	-
Rácio de Eficiência (Cost to Income Ratio)	37.6%	35.4%	6.3%	-
Produto Bancário por colaborador	13,037	13,058	-0.2%	(21)
<b>Qualidade de Crédito</b>				
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL)	6.9%	5.0%	37.8%	-
Cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade de crédito	2.6%	1.1%	147.0%	-
<b>Solvência</b>				
Fundos Próprios	3,511,297	3,695,379	-5.0%	(184,082)
Activos ponderados ao Risco	9,451,815	8,701,100	8.6%	750,715
Core Tier I	45.9%	50.6%	-9.3%	-
Core Tier II	7.5%	8.5%	-12.4%	-
Rácio de Solvabilidade	44.6%	51.0%	-12.5%	-
<b>Quotas de Mercado</b>				
Depósitos	0.5%	0.5%	-10.4%	-
Crédito a Clientes	3.7%	3.5%	4.3%	-
Activos	1.4%	1.4%	-1.2%	-
<b>Quotas de Mercado</b>				
Mercado Número de Agências	13	13	0.0%	-
Número de Colaboradores	166	170	-2.4%	(4)
Número de Clientes	109,012	119,114	-8.5%	(10,102)

## 3. Constituição e Estrutura Societária

O Banco Letshego S.A., com sede na Av. Albert Lithuli, esquina com Av. 25 de Setembro, nº 15, 6º andar, na cidade de Maputo, foi constituído, em Moçambique, nos termos do Código Comercial, sob o Decreto-Lei nº 2/2005, de 27 de Dezembro, Capítulo VI, e da Lei das Instituições Financeiras nº 15/99, de 1 de Novembro, alterada pela Lei nº 9/2004, de 21 de Julho, agora revogadas pelo Decreto-Lei nº 1/2022, de 25 de Maio e Lei nº 20/2020, de 31 de Dezembro, respectivamente. Em Setembro de 2016, o Banco obteve a licença

Accionista	% Part.	Accções
Letshego Holdings Limited	99.74%	56,519,827
Timbila Design, Limited	0.12%	65,434
General Tobias Joaquim Dai	0.06%	35,691
Shawn Bruwer - nomeado pela Letshego Holdings Limited	0.05%	30,250
Joaquim Mataruca	0.03%	15,465
<b>Total</b>	<b>100.00%</b>	<b>56,666,667</b>

A Letshego Holdings Limited é uma entidade constituída na República do Botsuana e cotada na Bolsa de Valores do Botsuana.

## 4. Visão e Missão

É missão do Banco Letshego, SA, afirmar-se como um provedor de serviços financeiros de classe mundial ao segmento de retalho, pelo que o Banco continuará a apostar na melhoria da qualidade do serviço ao cliente, nomeadamente através de meios digitais mais robustos e inovadores, fortalecimento do sistema de controlo interno e a manutenção do desempenho financeiro, sendo que para tal, continuará a investir em tecnologia e recursos humanos qualificados.

É objectivo do Banco Letshego, S.A., manter-se como uma referência no mercado financeiro moçambicano, através de taxas de crescimento, níveis de rentabilidade e solvabilidade estáveis e orientado para os clientes com dificuldades de acesso aos serviços financeiros, com enfoque nas zonas rurais.

A missão do banco de é encorajar o trabalho árduo e a honestidade, a coragem e o "fair play", não por caridade mas pelo bem comum de cada cidadão moçambicano.

## 5. Natureza do Negócio

O Banco tem como actividade principal a concessão de empréstimos de curto e médio prazos, sem garantia, para os funcionários do sector público e privado e a micro e pequenas empresas (MSE).

O Banco também está licenciado para negociar todos os produtos e serviços de um banco comercial, incluindo a captação de depósitos através da sua solução integrada "LetsGo".

Para além disso, o banco iniciou a sua própria solução de agente bancário que garante a penetração e representação às localidades e distritos onde não possui agências (balcões).

Nome	Cargo	Data da Nomeação
General Tobias J. Dai*	Presidente do CA	Janeiro de 2011
David Seie*	Membro não-executivo	Setembro de 2017
Kathryn Larcombe*	Membro não-executivo	Março de 2020
Chipiliro Katundu**	Membro não-executivo	Fevereiro de 2021
Carlos J. Nhamahango*	Membro executivo - CEO	Abril de 2018

### Conselho Fiscal:

• Fiscal Único, conduzido pela firma Nexia BKSC, representada pelo Sr. Jeremias Cardoso da Costa

### Auditor Externo:

• Ernst & Young (EY), Lda, nomeado em Agosto de 2020 e devidamente aprovado pelo Banco de Moçambique

do Banco de Moçambique para operar como banco comercial, tendo, sucessivamente incrementado o seu capital social para MZN 1.700.000.010,00 em estrita observância ao mínimo regulamentarmente estabelecido.

O Capital Social do Banco Letshego é constituído por 56.666.667 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete) acções ordinárias totalmente subscritas e realizadas, distribuídas conforme ilustrado abaixo:

## 6. Governação

A manutenção formal de elevados padrões de ética empresarial na condução dos negócios do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração. Para tal, o Banco aplica a estrutura de Governação Corporativa do Grupo para Conselhos subsidiários, que se encontra alinhada com o Código de Governação Corporativa King III e as melhores práticas recomendadas internacionalmente.

A estrutura de governação corporativa do grupo para os órgãos subsidiários abrange vários princípios e orientações de governação que devem ser seguidas pelo Banco, quanto à conduta do Conselho de Administração, composição e outros aspectos. Tanto o Conselho de Administração quanto a gestão devem avaliar constantemente os procedimentos de controlo e de gestão de risco e garantir a implementação e revisão regular dos respectivos regulamentos.

Todos os administradores podem, no âmbito das suas funções, pedir aconselhamento profissional independente por conta do Banco. O Conselho de Administração é responsável pela manutenção de controlos internos sólidos, pela gestão de risco, pela preparação e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento de todas as leis e regulamentos e pela implementação das políticas e objectivos-chave. Por consequência, tem um controlo completo e efectivo do Banco e é responsável pelo desempenho do Banco perante todas as partes interessadas.

O Conselho de Administração é composto por cinco Administradores, quatro não-executivos e um executivo. O Administrador executivo é o Administrador-delegado do Banco e dois dos Administradores não-executivos são independentes. O Banco Letshego, tem um Conselho Fiscal, na forma de Fiscal Único, que reporta à Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é responsável por examinar as demonstrações financeiras e outros relatórios do Banco e supervisionar as responsabilidades legais e estatutárias do Conselho de Administração, pelo menos trimestralmente, entre outras funções relacionadas com a supervisão do controlo interno do Banco.

## 7. Rede de Distribuição, Pontos de Presença e Segmentação de Clientes

O Banco Letshego SA possui as seguintes redes de distribuição:

• 13 balcões, dos quais 3 localizados na Cidade de Maputo e os restantes 10 distribuídos pelas capitais provinciais

• 166 colaboradores, sendo 74 nos serviços centrais e 92 nos balcões

- 604 agentes de vendas

O Banco disponibiliza soluções digitais, nomeadamente:

- USSD \*899#,
- Internet banking,
- Tap&Go, disponível para os clientes que tenham aderido aos serviços de Comércio Comunitário - ComCom
- Cartão de débito da Mastercard.
- Remittance, que permite as transferências transfronteiriças.

Os segmentos de negócio definem-se como se segue:

Categorias	Ano 2022	Ano 2021
Activos Totais	1.43%	1.45%
Créditos a Clientes	3.66%	3.51%
Depósitos de Clientes	0.46%	0.51%

## 9. Gestão de Risco e Compliance

O sistema de Gestão de Riscos do Banco obedece ao modelo das 3 (três) linhas de defesa para a gestão e mitigação dos vários riscos a que o Banco Letshego se encontra exposto na execução diária das suas actividades bancárias.

A primeira linha de defesa do Banco Letshego é composta pelas Unidades de Negócio e outras Unidades geradoras das Exposições em risco, as quais constituem o primeiro ponto de defesa contra os riscos associados à actividade, com a responsabilidade, em especial, de identificar adequadamente os riscos no momento da sua originação, categorizar, implementar medidas de mitigação e reportar as linhas de defesa consecutivas.

A segunda linha de defesa do Banco Letshego é composta pelos seguintes Departamentos:

- Departamento de Risco (DR), cujas principais atribuições, incluem mas não se limita a (i) gestão do Risco Global da instituição, por referência às 9 (nove) tipologias de riscos indicadas nas Directrizes Gerais de Risco (DGR) aprovadas pelo Aviso n.º 04/GBM/2013, de 18 de Setembro, nomeadamente, Risco de Crédito, Liquidez, Taxa de Juro, Taxa de Câmbio, Operacional, Estratégico, de Reputação, de Compliance e, de Tecnologia de Informação.
- Departamento Jurídico e de Compliance, cujas principais atribuições incluem mas não se limitam, a identificação, mensuração, mitigação, monitoria, e reporte dos riscos associados ao cumprimento de regulamentação emitida por entidade reguladoras e outras entidades sectorialmente relevantes, normativos internos e melhores práticas bancárias.

A terceira linha de defesa do Banco Letshego é composta pelo Departamento de Auditoria Interna, cujas atribuições incluem mas não se limitam, a contribuir para a criação e manutenção, todo tempo, de um bom ambiente de controlo interno, mediante o exercício de acções tendentes a aferir e dar garantias independentes ao Conselho de Administração do Banco Letshego, de que os processos e procedimentos internos do Banco nas várias áreas são adequados, efectivos e eficazes para mitigar o universo de riscos existentes e emergentes a que a instituição se encontra exposta.

Durante o ano de 2022, o Banco Letshego investiu na consolidação do framework de Gestão de Riscos da instituição (enterprise risk management) tendo ao nível da sua estrutura orgânica, autonomizado a área responsável pela gestão do risco de compliance mediante a sua dissociação do Departamento de Risco, da qual resultou o estabelecimento do Departamento Jurídico e Compliance, medida tendente a reforçar a segregação de funções ao nível da instituição, bem assim dotar de autonomia e independência necessárias, às áreas da segunda linha de defesa. No mesmo sentido, e na sequência da revisão da estrutura organizacional

- Dedução na fonte, para funcionários públicos e privados

- Micro e Pequenas Empresas, enquadrando financiamentos programáticos para sectores de Educação, Saúde, Agricultura e Outros.

## 8. Dimensão e Quotas de Mercado

De acordo com a informação divulgada pelo Banco de Moçambique, a quota de mercado do Banco Letshego evoluiu conforme ilustrado abaixo nos últimos 3 anos, demonstrando que apesar dos desafios impostos no contexto macroeconómico, com impacto no sector bancário, o banco conservou as suas quotas, servindo cerca de 109 mil clientes, maioritariamente do sector público.

das áreas retro mencionadas, o Banco Letshego reforçou os recursos nestas áreas, com especial enfoque para os (i) recursos humanos, (ii) recursos técnicos e (iii) suporte e assistência do Grupo Letshego no cumprimento das melhores práticas internacionais.

### Departamento de Risco

O Departamento de Risco (DR) constitui uma unidade com estrutura independente no que concerne à matéria de análise e controlo de risco, actuando de forma prudente na gestão, tanto dos riscos financeiros quanto dos riscos que embora não financeiros, tenham habilidade para trazer impactos financeiros aos objectivos e resultados esperados do Banco.

Este Departamento é responsável pela concepção e implementação de políticas, princípios, procedimentos, directrizes, metodologias, definição de limites e declaração de apetite ao risco, adequados à dimensão, visão, valores e estrutura do Banco Letshego, bem assim consentâneos com as regras estabelecidas pelo Banco de Moçambique e demais reguladores, incluindo as melhores práticas vigentes no mercado.

Assim, no âmbito da implementação do quadro conceptual de gestão de riscos, o Banco Letshego alcançou (i) um nível de implementação do Enterprise Risk Management Framework a marca de 84%, contra o mínimo estabelecido de 81%, sendo este um dos indicadores do sucesso alcançado na consolidação das estruturas de gestão de risco. No mesmo sentido, o nível de perdas operacionais mitigados e monitorizados pela área, esteve abaixo de 5% do lucro da instituição antes de impostos.

O Departamento de Risco providenciou, com sucesso, formação para todos os trabalhadores em matéria de prevenção de fraudes, facto de relevante importância na manutenção de níveis aceitáveis de perdas operacionais. Através da área, o Banco elaborou o relatório sobre o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), nos termos estabelecidos na Circular 2/SCO/2013, bem assim, remeteu dentro dos prazos regulamentares, o vital e extremamente importante Plano de Recuperação, elaborado em estrita obediência ao previsto no Aviso n.º 02/GBM/2022.

### Departamento Jurídico e de Compliance (DJC)

O Departamento Jurídico e de Compliance é composto por um total de 3 (três) Unidades, nomeadamente:

- Unidade Jurídica e Secretariado da Sociedade: Durante o exercício em reporte, a Unidade deu continuidade ao desenvolvimento de acções de suporte às demais áreas de negócio, através da prestação de suporte, auxílio, e pareceres jurídicos a todas as áreas de negócio, em matérias de contratação de crédito, fornecedores e prestadores de serviços, implementação de novos produtos e serviços financeiros, análises de novos instrumentos jurídicos, gestão de litígios judiciais e extrajudiciais, interacção com entidades reguladoras, gestão de advogados e escritórios de advocacia externos, entre outros, sendo de destacar os esforços empreendidos

na obtenção da aprovação do produto de Financiamento à Micro, Pequenas e Médias Empresas, bem assim o avanço alcançado noutros processos tendentes à aprovação de soluções relevantes aos objectivos de negócio do Banco Letshego, sem olvidar das acções desenvolvidas na gestão das matérias de Secretariado e Governança Corporativa do Banco ao nível da Assembleia Geral, Conselho de Administrações, e do Comité de Auditoria, Gestão de Riscos, Activos e Passivos.

- Serviço de Atendimento e Gestão de Reclamações (SAGR): O SAGR foi estabelecido como área responsável pelo Tratamento e Gestão de Reclamações, em observância ao mais recente Regulamento de Tratamento de Reclamações, aprovado pelo Aviso n.º 9/GBM/2020, de 31 de Dezembro. Alinhado à política do Banco Letshego que é "Melhorar Vidas" alicerçado numa postura centralizada nos consumidores financeiros e necessidades destes, em 2022 procedeu-se, oficialmente, à transferência desta Unidade, que passou a integrar o DJC.

Esta medida enquadra-se nas acções de reforço da estrutura de governança corporativa da instituição, tendente a melhorar a gestão de riscos, no caso o risco reputacional e demais riscos associados, garantindo que o Banco disponha de uma área especificamente dedicada à satisfação dos interesses dos nossos clientes e protecção dos direitos dos mesmos, de forma célere, profissional, dotados de autonomia e independência necessárias à prestação de um serviço de tratamento de reclamações eficaz e eficiente.

No desenvolvimento do seu plano anual de formação, e por recurso a formados externos, certificados e experientes na matéria, o Banco Letshego concluiu com sucesso o processo de formação da totalidade dos seus colaboradores na matéria atinente ao Código de Conduta das Instituições de Crédito, Sociedades Financeiras e Protecção do Consumidor Financeiro, em observância dos princípios, normas e directrizes constantes do Aviso n.º 8/GBM/2021, de 22 de Dezembro.

- Unidade de Compliance e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e a Proliferação de Armas de Destruição em Massa: A Unidade de Compliance, continua a implementar as suas acções tendentes à consolidação da cultura de compliance e de abordagem baseada no risco (risk based approach) focalizando os seus esforços principalmente no 14(i) reforço das acções de combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, desde o processo de aceitação dos clientes, sua categorização de risco, gestão e monitoria de transacções desses clientes, bem assim na análise transaccional de consumidores financeiros com categorias de risco elevado, incluindo as Pessoas Politicamente Expostas, incluindo o reforço da capacidade tecnológica interna no âmbito do reporte às entidades regulamentares relevantes; e (ii) implementação do programa de gestão de risco de compliance mediante identificação, classificação e mensuração do Universo Regulatório a que o Banco Letshego se encontra exposto, bem como a monitorização desses riscos e das acções de mitigação dos mesmos.

Durante o ano de 2022, o Banco Letshego formou a totalidade dos seus trabalhadores e agentes bancários em matéria de Combate ao

Branqueamento de Capitais e Financiamento, tanto com recurso a meios e formados internos, presencialmente, como por recurso a plataformas de formação à base de tecnologias de formação à distância, por intermédio da Thomson Reuters, reputada instituição na provisão de produtos e serviços de gestão de riscos, tendo concluído, com sucesso, duas formações nas matérias de (i) Combate ao Branqueamento de Capitais, e (ii) Privacidade de Dados.

Departamento de Auditoria Interna  
O Departamento de Auditoria Interna, como última linha de defesa do Banco, representa o último reduto defensivo da instituição, a quem cabe entre outros, rever de forma independente e regularmente, os controlos internos em vigor, através de auditorias aos processos e métodos implementados em todas as áreas do Banco Letshego, identificando as áreas que apresentam e representam maior risco, bem assim na avaliação da eficácia e eficiência dos mesmos procedimentos, para mitigar a exposição do banco aos riscos internos e externos, com vista a fornecer garantias imparciais ao Conselho de Administração sobre a adequabilidade do sistema de controlo interno.

Durante o ano de 2022, o Departamento de Auditoria Interna realizou as auditorias planificadas e aprovadas pelo Comité de Auditoria, Gestão de Riscos e Activos e Passivos do Banco Letshego, com o objectivo primordial de aferir e confirmar a adequação dos mecanismos de controlo interno implementados na instituição, bem assim o cumprimento de níveis adequados de segregação de funções, e responsabilidades, incluindo o cumprimento de regulamentação aplicável ao Banco, factores de fundamental importância no funcionamento são e adequado da instituição.

O Departamento de Auditoria Interna realizou, igualmente, actividades de monitoria dos controlos implementados aos principais riscos do Banco, bem como participou do processo de remediação, mitigação e validação das medidas implementadas no fecho das constatações emitidas.

## 10. Análise Financeira

O ano de 2022 foi, conforme referido em notas anteriores, desafiador particularmente em virtude dos efeitos remanescentes da pandemia da Covid-19, prolongamento do conflito Rússia - Ucrânia, com efeitos adversos nas economias africanas, que incluem a desaceleração do índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), prevalência de taxas de inflação elevadas e taxas de juros com tendência crescente.

Moçambique, tal como demais países, experimentou estes efeitos, com a inflação a crescer para 10.6% e a PLR agravando-se de 18.6% para 22.6% entre Abril e Dezembro de 2022. Adicionalmente, o ambiente de negócio conheceu restrições devido à instabilidade político-militar em Cabo Delgado, aos desafios associados à implementação da nova tabela salarial (TSU) no sector público e também devido à ocorrência de calamidades naturais (chuvas e ciclones).

Não obstante as adversidades, o Banco Letshego manteve a sua solidez e robustez encerrando o ano financeiro de 2022 com um lucro líquido de MT 721 milhões, largamente influenciado pelo crescimento da carteira de crédito a clientes.

## 11. Resultados e Rentabilidade

Valores em MZN'000

Demonstração de Resultados	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
Margem Financeira	1,972,322	2,084,183	-5.4%	(111,861)
Margem Complementar	191,803	135,622	41.4%	56,181
Produto Bancário	2,164,125	2,219,804	-2.5%	(55,679)
Gastos com Pessoal	233,228	255,229	-8.6%	(22,001)
Gastos gerais administrativos	520,989	453,829	14.8%	67,159
Depreciações e amortizações	59,974	76,388	-21.5%	(16,414)
Estrutura de Custos	814,190	785,446	3.7%	28,744
Imparidade de crédito	230,599	13,588	1597.1%	217,011
Resultados Antes de Impostos	1,119,336	1,420,770	-21.2%	(301,434)
Impostos	398,029	497,974	-20.1%	(99,945)
Resultado Líquido	721,307	922,796	-21.8%	(201,489)

## Resultado Líquido

O Resultado Líquido do Banco Letshego ascendeu a MT 721 milhões em Dezembro de 2022, o que corresponde a um decréscimo de 21.8% comparativamente aos MT 923 milhões reportados em 2021.

Este foi impactado fundamentalmente pelo agravamento do custo dos fundos, decorrentes dos aumentos sucessivos da PLR ocorridas em 2022, pelos gastos com imparidades de créditos decorrentes de falta e/ou atrasos de pagamento em virtude da implementação da TSU e pelo aumento de gastos gerais administrativos em virtude da inflação.

O Produto Bancário registou uma redução marginal de 2.5%, influenciada pelos aumentos da PLR e, por sua vez, a Estrutura de Custos registou uma subida de 3.7%, principalmente

em virtude da inflação, impacto este que foi suavizado pelas poupanças alcançadas nos Gastos com Pessoal, devido à redução dos incentivos ao pessoal associadas ao desempenho, e à redução de depreciações e amortizações.

A rubrica de Impostos reflecte as retenções na fonte sobre as operações no Mercado Monetário Interbancário (MMI) e a estima de Impostos sobre o Rendimento, sendo que a redução de 20.1% está intimamente associada à redução do Resultado Líquido.

Em 2022, o Rácio de Rentabilidade de Capitais Próprios (ROE) registou, igualmente, uma redução de 22.18%, para 13.9%, reflectindo a redução dos Resultados Líquidos.

## Margem Financeira

Valores em MZN'000

Margem Financeira	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
Juros e rendimentos similares	2,865,986	2,923,018	-2.0%	(57,032)
Juros e encargos similares	893,664	838,835	6.5%	54,829
<b>Margem Financeira</b>	<b>1,972,322</b>	<b>2,084,183</b>	<b>-5.4%</b>	<b>(111,861)</b>
<b>Taxa Margem Financeira</b>	<b>68.8%</b>	<b>71.3%</b>	<b>-3.5%</b>	<b>-</b>

A Margem Financeira do Banco Letshego reduziu em 5.4%, passando dos MT 2.084 milhões registados em 2021 para MT 1.972 em 2022, principalmente afectados pelo agravamento dos custos de financiamento obtidos em outras instituições de crédito (OIC), devido ao incremento da PLR em 4%.

Os juros de créditos a clientes continuaram a representar a maior porção de juros e rendimentos similares, com uma contribuição de 98%, sendo que os restantes 2% resultaram das

aplicações no MMI.

No que tange aos juros e encargos similares é de salientar o aumento de 26% em juros incorridos nos empréstimos de OIC, resultantes das variações da PLR. Os juros incorridos noutras fontes de financiamento, nomeadamente Depósitos e Empréstimo do Grupo LHL registaram uma variação marginal de 4%.

## Margem Complementar

Valores em MZN'000

Margem complementar	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
Rendimento de taxas e comissões	121,973	198,479	-38.5%	(76,506)
Outros resultados operacionais	327,745	139,895	134.3%	187,850
<b>Comissões Recebidas</b>	<b>449,718</b>	<b>338,374</b>	<b>32.9%</b>	<b>111,344</b>
Gastos com taxas e comissões	257,916	202,753	27.2%	55,163
<b>Comissões Líquidas</b>	<b>191,803</b>	<b>135,622</b>	<b>41.4%</b>	<b>56,181</b>
<b>Comissões Líquidas / Produto Bancário</b>	<b>8.9%</b>	<b>6.1%</b>	<b>45.1%</b>	<b>-</b>

A Margem Complementar cifrou-se em MT 192 milhões, registando um aumento anual significativo de 41.4%, decorrente dos ganhos recebidos da Sanlam e Hollard, referentes ao plano de seguro para a cobertura de dívidas incobráveis de clientes, os quais passaram de MT 89 milhões registados em 2021 para MT 254 milhões em 2022.

Este ganho foi, contudo, anulado pelo relaxamento de taxas e comissões cobradas aos clientes e pelo agravamento dos encargos

de cobrança (dedução na fonte) de alguns empregadores.

## Custos de estrutura

Em 2022, os Custos de Estrutura registaram um incremento marginal de 3.7%, para MT 814 milhões, fundamentalmente impactados pela inflação de 10.6% registado ao longo do ano e aumento do volume de serviços prestados pela Letshego Holding, associado à implementação de novos serviços e soluções (digitalização, cartões de débito e ComCom).

Valores em MZN'000

Custos de estrutura	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	233,228	255,229	-8.6%	(22,001)
Gastos gerais administrativos	520,989	453,829	14.8%	67,159
Depreciações e amortizações	59,974	76,388	-21.5%	(16,414)
<b>Custos de estrutura</b>	<b>814,190</b>	<b>785,446</b>	<b>3.7%</b>	<b>28,744</b>
<b>Produto Bancário</b>	<b>2,164,125</b>	<b>2,219,804</b>	<b>-2.5%</b>	<b>(55,679)</b>
<b>Rácio de Eficiência/ Cost to Income</b>	<b>37.6%</b>	<b>35.4%</b>	<b>6.3%</b>	<b>-</b>

Os **Gastos com o Pessoal** cifraram-se em MT 233 milhares em 2022, o que representa uma redução de 8.6% comparativamente ao ano anterior. É de realçar os aumentos verificados nas componentes de Salários e Vencimentos (4.8%), Assistência Médica (10.8%) e Segurança Social (4.5%). Porém estes aumentos foram anulados pela redução de 45.5% nos incentivos e bônus de pessoal em linha com a redução dos resultados líquidos.

Os **Gastos Gerais Administrativos** registaram, por sua vez, um incremento de 14.8%, derivado do efeito da inflação e de custos adicionais incorridos na implementação de novas soluções e serviços, tais como Remittance, ComCom, Digital Mall (Loja Digital), cartões de débito e projecto ComCom.

As **Depreciações e Amortizações** registaram uma redução de 21.5% em virtude de um grosso de Tangíveis e Intangíveis, particularmente Equipamento Informático totalmente depreciado e Softwares e Licenças que igualmente atingiram a vida útil e descontinuados em 2022. A variação foi igualmente impulsionada pela redução de depreciações dos Activos sob Direito de Uso e devido à extensão de contratos de arrendamento.

O **Rácio de Eficiência** (Cost To Income) em 2022 foi de 37.6% contra os 35.4% alcançados em 2021, devido ao efeito combinado da redução do Produto Bancário em 2.5% e aumento da Estrutura de Custos em 3.7%.

## Gastos com Imparidades de Créditos

Valores em MZN'000

Imparidade de crédito	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
<b>Imparidade de crédito</b>	<b>230,599</b>	<b>13,588</b>	<b>1597.1%</b>	<b>217,011</b>
Produto Bancário	2,164,125	2,219,804	-2.5%	(55,679)
Perdas Imparidade %	2.3%	0.1%	1463.7%	-
<b>Imparidade de crédito / Produto Bancário</b>	<b>10.7%</b>	<b>0.6%</b>	<b>1640.7%</b>	<b>-</b>

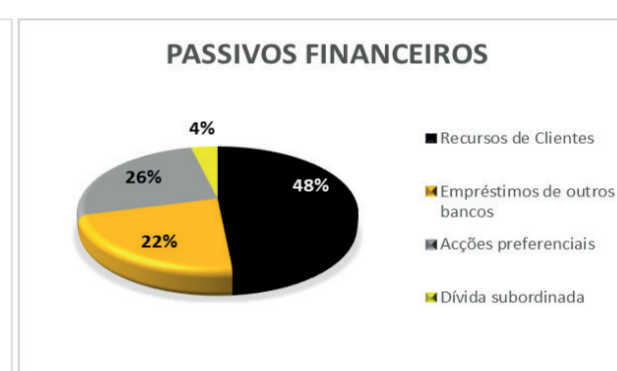
Em 2022 foram contabilizadas provisões no montante de MT 231 milhões, significativamente acima dos MT 13.6 milhões registados em 2021, como consequência do (i.) aumento da carteira bruta de crédito, (ii.) reforço das imparidades resultante da actualização dos factores de risco

do Modelo de Imparidade em uso no banco e (iii.) reforço das imparidades para algumas posições consideradas de alto risco como consequência da falta de cobrança e atraso resultantes da implementação da TSU.

## 12. Balanço

Valores em MZN'000

Estrutura do Balanço	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
<b>Activos</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	662,208	972,382	-31.9%	(310,174)
Disponibilidades em outros bancos	463,480	264,519	75.2%	198,961
Activos financeiros	6,327	6,327	0.0%	0
Crédito a clientes	10,206,210	9,670,561	5.5%	535,649
Propriedades, Equipamentos e Activos sob direito de uso	188,176	169,129	11.3%	19,046
Outros Activos	332,192	199,871	66.2%	132,321
<b>Total do Activo</b>	<b>11,858,593</b>	<b>11,282,789</b>	<b>5.1%</b>	<b>575,804</b>
<b>Passivos</b>				
Recursos de Clientes	2,837,030	2,945,679	-3.7%	(108,649)
Empréstimos de outros bancos	1,297,451	1,068,051	21.5%	229,400
Ações preferenciais	1,503,386	1,332,805	12.8%	170,581
Dívida subordinada	209,621	49,727	321.5%	159,893
Outros Passivos	951,550	558,944	70.2%	392,606
<b>Total Passivo</b>	<b>6,799,037</b>	<b>5,955,206</b>	<b>14.2%</b>	<b>843,831</b>
Capitais Próprios	5,059,557	5,327,584	-5.0%	(268,027)
<b>Total Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>11,858,593</b>	<b>11,282,789</b>	<b>5.1%</b>	<b>575,804</b>



Os Activos Total ascenderam a MT 11.858 milhões, 5.1% acima do ano anterior, influenciado principalmente pelo crescimento da carteira de crédito. As Disponibilidades (em caixa e em outros bancos, incluindo o banco central), de forma conjugada, conheceram um crescimento marginal.

Do lado do passivo destaca-se a compensação da redução dos Recursos de Clientes pelo aumento de Empréstimos de OIC, Ações Preferenciais e Dívida Subordinada, para garantir que, não obstante as difíceis condições macroeconómicas, o banco continuasse a fornecer os seus serviços aos clientes a preços competitivos e acessíveis.

O Rácio de Liquidez, a 31 de Dezembro de 2022, era de 43.72%, confortavelmente acima dos 25% regulamentares.

Os Capitais Próprios atingiram 5.060 milhões,

5% abaixo do reportado no ano anterior, em virtude dos dividendos declarados (MT 989 milhões), parcialmente compensados pelo incremento de MT 721 milhões respeitantes ao lucro do exercício. Não obstante a redução do Capital Próprio, o banco registou um rácio de solvabilidade de 44.6%, confortavelmente acima dos 12% regulamentares.

## Créditos a Clientes

Não obstante as adversidades no ambiente macroeconómico, a carteira bruta cresceu em 7.2%, para além da fasquia dos MT 10 mil milhões, impulsionada principalmente pelas vendas efectuadas no segmento de dedução na fonte para os funcionários públicos.

Entretanto, é de assinalar que a carteira líquida foi de apenas 5.5%, em virtude do reforço de imparidades resultantes do crescimento da carteira, exposições de risco e actualização dos factores de risco para algumas exposições.

Valores em MZN'000

Crédito a Clientes	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
Crédito bruto a clientes	10,484,151	9,775,734	7.2%	708,418
Imparidades Acomuladas	(277,941)	(105,173)	164.3%	(172,769)
<b>Crédito líquido a clientes</b>	<b>10,206,210</b>	<b>9,670,561</b>	<b>5.5%</b>	<b>535,649</b>

## Depósitos de Clientes

Os Recursos de Clientes registaram uma redução de 3.7%, comparativamente ao ano anterior. Entretanto, assinala-se a conversão

de depósitos à ordem em depósitos a prazo, resultante das taxas de remuneração atractivas oferecidas para a última categoria, culminando, com uma maior porção de juros a pagar.

Valores em MZN'000

Recursos de Clientes	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
A ordem	461,389	848,795	-45.6%	(387,406)
A prazo	2,375,641	2,096,884	13.3%	278,757
<b>Recursos de Clientes</b>	<b>2,837,030</b>	<b>2,945,679</b>	<b>-3.7%</b>	<b>(108,649)</b>
Juros a pagar	27,216	12,962	110.0%	14,254
Rácio de Transformação	369.5%	331.9%	11.4%	-

O Rácio de Transformação, que estabelece a relação entre os créditos a clientes e os recursos dos clientes, continuou em 2022 acima de 100%, fundamentado pela estratégia de cofinanciamento do crescimento dos activos (carteira de crédito) a partir de Depósitos,

Empréstimos de OIC e Empréstimos do Grupo, procurando, desta forma, reduzir o gap entre as maturidades da aplicação e origem dos fundos.

### Empréstimos de Outros Bancos

Valores em MZN'000

Empréstimos	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
Bancos comerciais	1,297,451	1,068,051	21.5%	229,400
Acções preferenciais	1,503,386	1,332,805	12.8%	170,581
Dívida subordinada	209,621	49,727	321.5%	159,893
<b>Empréstimos</b>	<b>3,010,457</b>	<b>2,450,583</b>	<b>22.8%</b>	<b>559,874</b>
Empréstimos / Capitais próprios	59.5%	46.0%	29.4%	-

Os Empréstimos OIC registaram um aumento principalmente no último trimestre do ano, para fazer face ao crescimento da carteira de crédito e para colmatar riscos de liquidez associados à irregularidade de cobranças em linha com os desafios de implementação do TSU.

### Capital Próprio e Solvabilidade

Os Capitais Próprios do banco totalizam MT 5.060 milhões, valor inferior em 5% comparativamente ao valor registado em 2021. Esta evolução foi essencialmente influenciada pela declaração de dividendos no valor de MT 989.7 milhões sobre os resultados de 2020 e 2021 e pelos lucros líquidos do exercício corrente (MT 721 milhões).

Valores em MZN'000

Capitais Próprios	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Δ % 22/21	Δ Absoluta
Capital social	1,700,000	1,700,000	0.0%	0
Prémio de emissão	524	524	0.0%	0
Reserva legal	887,695	610,857	45.3%	276,839
Reserva Pagamento baseado em acções	7,115	6,700	6.2%	415
Resultados Acumulados	2,464,223	3,009,503	-18.1%	(545,281)
<b>Capitais Próprios</b>	<b>5,059,557</b>	<b>5,327,584</b>	<b>-5.0%</b>	<b>(268,027)</b>
Fundos Próprios	3,511,297	3,695,379	-4.98%	(184,082)
Activos ponderados ao Risco	9,451,815	8,701,100	8.63%	750,715
Core Tier I	45.9%	50.6%	-9.3%	-
Core Tier II	7.5%	8.5%	-12.4%	-
Rácio de Solvabilidade	44.6%	51.0%	-12.5%	-

O Rácio de Solvabilidade manteve-se confortavelmente acima dos 12% regulamentares, cifrando-se em 44.6% e contabilizando uma redução em relação ao reportado no ano anterior (51%) em virtude da redução dos Capitais Próprios devido à declaração de dividendos e aumento dos activos ponderados ao risco, influenciado pelo crescimento da carteira de crédito.

### 13. Resultados e Dividendos

Durante o exercício, o Banco obteve um resultado líquido de 721,306,720 Meticais em 31 de Dezembro de 2022 (2021: 922,795,961

Meticais). O Conselho de Administração propõe a distribuição do resultado líquido conforme se segue:

- 216,392,016 Meticais, correspondentes a 30% do RLE, para a constituição de Reservas Legais, conforme a legislação vigente;
- 443,603,633 Meticais, correspondentes a 61.5% do RLE, para o pagamento de dividendos; e
- 61,311,071 Meticais, correspondentes a 8.5% do RLE, para Resultados Transitados.

### Em representação do Conselho de Administração

  
Tobias J. Dai  
Presidente do Conselho de Administração

  
Carlos J. Nhamahango  
CEO

tendo identificado motivos para não acreditar que o Banco não continuará a operar neste pressuposto no futuro previsível.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., devidamente identificadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 29 de Março de 2023, e assinadas pelos mesmos.

### Em representação do Conselho de Administração

  
Tobias J. Dai  
Presidente do Conselho de Administração

  
Carlos J. Nhamahango  
CEO

## RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



Em cumprimento das disposições estatutárias da instituição BANCO LETSHEGO S.A. (empresa) e das vigentes no Código Comercial nomeadamente o artigo 437, número 1, secção b) conjugado com a Lei 15/99, de 1 de Novembro, alterado pela lei 9/2004 de 21 de Julho, que regulam o funcionamento das instituições financeiras, o Fiscal Único analisou o processo de Contas, o relatório de gerência, bem como a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2022 apresentados pelo Conselho de Administração e do relatório do auditor independente para o mesmo período para os quais ocorrem os seguintes comentários:

### 1) Perspectiva Económica

A economia Moçambicana está integrada na global e como consequência está exposta aos riscos e vulnerável às variações ou à desacelerações e recessões das principais economias, principalmente das que sejam parceiros económicos de Moçambique.

A volatilidade dos preços das commodities e a recessão das principais economias globais e das emergentes são factores que influenciaram a economia nacional em 2022 e que a tendência demonstra a continuação de riscos similares em 2023, nomeadamente a desaceleração dos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), taxas de inflação e de juro com tendência crescente.

pela normalização do quadro pandémico e pela retoma dos apoios financeiros ao Orçamento Geral do Estado.

A inflação acumulada subiu para o nível dos 10.28% ao longo do ano de 2022, quase o dobro da prevista pelo Governo, que esperava apenas 5.3%. Estima-se que o custo de vida permaneça elevado em 2023, prevendo o Executivo uma inflação de 11.5%.

Porém, o Banco de Moçambique (BM) tem adoptado medidas de política monetária para controlar a inflação, apesar de uma revisão em alta das perspectivas de inflação para o médio prazo, por conta do aumento dos preços dos bens alimentares e combustíveis líquidos, a par dos constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens no mercado internacional.

O BM alterou a taxa de Juro de política monetária (MIMO) de 13.25% em 2021 para 17.25% em 2022 sustentada pela consideração dos riscos ascendentes e as incertezas relacionadas à inflação, embora se espere que desacelere para um dígito no médio prazo.

Paralelamente, o BM fez uma revisão em baixa as suas projecções de crescimento, citando condições de financiamento globais mais restritivas e uma desaceleração esperada para no crescimento das economias dos principais parceiros comerciais.

De acordo com dados do INE (2022), o Produto Interno Bruto de Moçambique expandiu 4,1% no primeiro trimestre de 2022 (superior aos 2.16% observados em 2021). Neste período o crescimento foi fortemente impulsionado pelos sectores de Hotelaria e Restauração (11,5%), Indústria Extrativa (8,6%), Transportes e Comunicações (7,3%), Eletricidade, Gás e Água (6,3%) e Agricultura (4%). O maior dinamismo da actividade económica resultou, por um lado, das medidas associadas ao alívio aos impactos da pandemia, que contribuíram no aumento da procura agregada e, por outro lado, na melhoria dos preços internacionais dos bens exportados (carvão, alumínio, energia, gás natural, areias pesadas) que favoreceram para o incremento da produção.

O ritmo de crescimento económico continuou positivo em 2022, tendo crescido 3,8% do PIB Real, este crescimento foi sustentado pelo arranque da produção e exportação de GNL (projeto Coral Sul Área 4, na Bacia do Rovuma),

### 2) Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco

Durante o ano findo, o Conselho Fiscal adoptou procedimentos necessários para verificação da adequação e eficiência do sistema de controlo interno e de gestão do risco e de compliance.

Acompanhou também, com base na informação fornecida pela Administração, o desenvolvimento das actividades e negócios da empresa, o cumprimento de normas, leis e requisitos exigidos pelas entidades reguladoras, bem como o registo das transações contabilísticas e financeiras. A Gerência forneceu a informação e esclarecimentos solicitados pelo Conselho Fiscal.

### 3) Situação Financeira da empresa

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras do BANCO LETSHEGO, S.A. que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração do Rendimento Integral e Resultados, a Demonstração dos

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., que compreendem o balanço a 31 de Dezembro de 2022, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo relevante para a preparação e apresentação adequada e apropriada de demonstrações financeiras que se encontrem isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os administradores efectuaram uma avaliação da capacidade do Banco em manter-se a operar segundo o princípio da continuidade, não

Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações nos Capitais Próprios, as Notas e o resumo de políticas contabilísticas para o exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2022. As actividades comerciais no exercício económico de 2022 revelaram um decréscimo em relação ao ano anterior, onde se destacam os seguintes indicadores:

- As demonstrações de Resultados da empresa, apresentam um volume de vendas de MZN 2 865 milhões, o que representa um ligeiro decréscimo de cerca de 2% em relação ao ano anterior (2021 com MZN 2 923 milhões). A margem financeira após imparidades foi de MZN 1 742 milhões, o que representa um decréscimo de cerca de 17% comparativamente ao ano anterior com MZN 2.071 milhões, afectado sobremaneira pelas imparidades de crédito na ordem de MZN 231 milhões.

O produto bancário reduziu 12% em 2022 (de 2,206 milhões para MZN 1,933 milhões). Foi reportado um resultado líquido positivo de MZN 721 milhões o que representa uma redução de 22% em relação ao ano anterior (2021 com MZN 923 milhões);

- Foram reportados activos que totalizam MZN 11 858 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 5% em relação ao ano anterior (MZN 11.282 milhões), dos quais MZN 10.206 milhões (86% dos activos) representam a carteira de crédito.

- O passivo totaliza MZN 6 799 milhões, o que representa 57% do activo total, apresenta um aumento de 14% em relação a 2021 (com MZN 5 955 milhões);

- A demonstração dos Fluxos de Caixa apresentam um fluxo de caixa líquido derivado de actividades operacionais de MZN 457 milhões (uma redução de cerca de 47% em relação ao ano anterior com MZN 866 milhões), um fluxo de caixa derivado das actividades de investimento de MZN 79 milhões (alocados principalmente ao investimento em activos tangíveis (MZN 89.7 milhões, líquidos de recebimentos de MZN 10.6) milhões, um fluxo de caixa derivado das actividades de financiamento de MZN 489.6 milhões, influenciado principalmente pelo pagamento de dividendos de MZN 505.3 milhões e acções preferenciais de MZN 42.6 milhões. A empresa encerrou o exercício económico do ano findo a 31 de Dezembro de 2022 com disponibilidades em caixa e equivalentes de caixa de MZN 1 125 milhões, uma redução de 9% em relação ao ano anterior (2021: com MZN 1 236 milhões);

- A Demonstração de Alterações de Capital Próprio apresenta Capitais Próprios Líquidos no montante de 5 059 milhões de MZN (43% dos activos totais), que representam uma redução de 5% em relação ao ano anterior (com MZN 5 327 milhões).

- Durante o ano, foram declarados dividendos dos anos anteriores no montante de MZN 989.7 milhões e pagos MZN 505.3 milhões, correspondente a 17.47 MZN por acção, para um universo de 56,666,667 acções ordinárias. O montante de dividendos declarados corresponde a 57% dos resultados retidos (transitados) de 2021, após a retenção de 15% para reforço da Reserva Legal;

A empresa está em conformidade com o nível de índice de adequação de capital regulamentado pelo Banco Central. Para o ano financeiro findo a 31 de dezembro de 2022, a empresa apresenta rácios de liquidez reduzida de 3.99 e liquidez imediata de 0.27 (exceptuando acções preferenciais), bem como um rácio de solvabilidade de 44.6% acima dos 12% exigidos pela entidade reguladora.

#### 4) Análise do relatório do auditor Independente

O auditor independente analisou as demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2022 que incluem a Demonstração da posição financeira, a Demonstração do Rendimento Integral e Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações nos Capitais Próprios e as notas das demonstrações financeiras que incluem um resumo de políticas contabilísticas significativas. O Auditor, como corolário da sua análise emitiu uma opinião não qualificada.

#### 5) Parecer

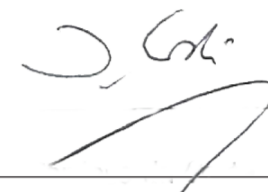
Face à análise do relatório e contas do Conselho de Administração, o Fiscal Único é de parecer que:

- Sejam aprovados o Relatório e Contas relativos ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2022;

- A Assembleia Geral aprove a aplicação de resultados, nomeadamente 30% [216 392 016 MZN] dos lucros do exercício findo a 31 de Dezembro de 2022, sejam destinados ao reforço da Reserva Legal, 8.5% [61 311 071 MZN] dos lucros sejam destinados a reserva de lucros (lucros retidos) e os remanescentes 61.5% dos lucros do exercício, no montante de 443 603 633 MZN, sejam declarados e pagos dividendos aos accionistas.

Maputo, 30 de Março de 2022

O Fiscal Único



**Jeremias Cardoso Da Costa**  
Auditor Certificado  
Licença No: 41/CA-OCAM/2014

## RELATÓRIO DOS AUDITORES



**Building a better working world**

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do BANCO LETSHEGO, S.A. ("o Banco"), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2022, a Demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as Notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

#### Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato

financeiro do Banco.

#### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações

feitas pelo Conselho de Administração;

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria. O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

**ERNST & YOUNG, LDA.**  
Sociedade de Auditores Certificados

Representada Por:



**Eduardo Jorge Creio Da Costa Caldas**  
(Auditor Certificado N° 33)

Maputo, 30 de Março de 2022

## BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Notas	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Activo</b>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7 662,208,073	972,381,863
Disponibilidades em outros bancos	8 463,479,992	264,518,987
Activos financeiros	9 6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	10 10,206,210,136	9,670,561,217
Activos por impostos diferidos	26.1 9,979,620	20,387,284
Activos por impostos correntes	26.3 26,170,475	-
Activos Tangíveis e Activos sob direito de uso	11 161,914,487	136,404,231
Activos intangíveis	12 26,261,042	32,724,878
Outros activos	13 296,041,973	179,483,399
<b>Total de activos</b>	<b>11,858,593,263</b>	<b>11,282,789,324</b>
<b>Passivo e Capital próprio</b>		
<b>Passivo</b>		
Depósitos de clientes	14 2,837,030,055	2,945,679,055
Empréstimos de outros bancos	15 1,297,450,847	1,068,051,092
Passivos por impostos correntes	26.3 -	195,426,149
Outros passivos	16 951,549,520	363,517,451
Acções preferenciais	17 1,503,385,586	1,332,804,545
Dívida subordinada	18 209,620,701	49,727,486
<b>Total do passivo</b>	<b>6,799,036,709</b>	<b>5,955,205,778</b>
<b>Capital próprio</b>		
Capital social	19 1,700,000,010	1,700,000,010
Prémio de emissão	19 524,000	524,000
Reservas	20 894,810,029	617,556,489
Resultados transitados	1,742,915,795	2,086,707,086
Resultado líquido do exercício	721,306,720	922,795,961
<b>Total do capital próprio</b>	<b>5,059,556,554</b>	<b>5,327,583,546</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>11,858,593,263</b>	<b>11,282,789,324</b>

A Demonstração da Posição Financeira deverá ser lida em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Notas	2022	2021
	MZN	MZN
Juros e rendimentos similares	21 2,865,986,261	2,923,018,000
Juros e encargos similares	21 (893,663,929)	(838,835,103)
<b>Margem financeira</b>	<b>1,972,322,332</b>	<b>2,084,182,897</b>
Imparidade de crédito	10.1 (230,599,243)	(13,588,009)
Imparidade de outros activos	13.1 -	-
<b>Margem financeira após imparidades</b>	<b>1,741,723,089</b>	<b>2,070,594,888</b>
Rendimento de taxas e comissões	22 121,973,113	198,479,425
Gastos com taxas e comissões	22 (257,915,641)	(202,752,865)
<b>Resultado de taxas e comissões</b>	<b>(135,942,528)</b>	<b>(4,273,440)</b>
Resultados de reavaliação cambial	446,505	(1,150,340)
Outros resultados operacionais	23 327,298,864	141,045,286
<b>Produto bancário</b>	<b>1,933,525,930</b>	<b>2,206,216,394</b>
Gastos com pessoal	24 (233,227,737)	(255,229,219)
Gastos gerais administrativos	25 (520,988,544)	(453,829,143)
Depreciações e amortizações	11, 12 (59,973,944)	(76,388,130)
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>1,119,335,705</b>	<b>1,420,769,902</b>
Imposto sobre o rendimento	26 (398,028,985)	(497,973,941)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>721,306,720</b>	<b>922,795,961</b>
Outros rendimentos integrais	-	-
<b>Rendimento integral do exercício</b>	<b>721,306,720</b>	<b>922,795,961</b>

A Demonstração do Rendimento Integral deverá ser lida em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Notas	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
<b>Recebimentos</b>		
Crédito a clientes	2 133 299 760	1 921 597 743
Seguradoras	120 215 456	134 051 109
Rendimento de comissões	22-23 121 973 113	198 479 425
Outros	69 172 858	45 159 263
<b>Pagamentos</b>		
Depósitos de clientes	(555 271 644)	(16 762 642)
Pagamentos a empregados e fornecedores	24-25 (567 371 439)	(748 193 263)
Impostos	26 (606 741 318)	(465 188 809)
Encargos com comissões	22-23 (257 915 640)	(202 752 865)
<b>Fluxos de caixa líquido das actividades operacionais</b>	<b>457 361 144</b>	<b>866 389 961</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos</b>		
Activos tangíveis	11 (89 660 246)	(29 852 870)
Activos intangíveis	12 -	(184 353)
<b>Recebimentos</b>		
Activos tangíveis	11 10 639 880	1 723 862
Activos intangíveis	12 -	5 178 081
<b>Fluxos de caixa líquido das actividades de investimento</b>	<b>(79 020 366)</b>	<b>(23 135 280)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<b>Pagamentos</b>		
Empréstimos de outros bancos	-	(128 645 643)
Acções preferenciais	(42 645 260)	(0)
Pagamentos de leasing	(10 445 185)	(44 930 231)
Dividendos pagos	19.1 (505 280 583)	(611 155 026)
<b>Recebimentos</b>		
Empréstimos de outros bancos	68 402 712	-
Prémios de emissão	414 751	2 340 342
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>	<b>(489 553 565)</b>	<b>(782 390 558)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(111 212 786)	60 864 123
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	1 236 900 851	1 176 036 728
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do ano</b>	<b>1 125 688 065</b>	<b>1 236 900 851</b>
Caixa e saldos com o Banco Central	7 662 208 073	972 381 863
Saldos com outros Bancos	8 463 479 992	264 518 987

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deverá ser lida em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Capital social	Prémio de emissão	Reserva legal	Reserva de pagamentos baseados em acções	Resultados transitados	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2021</b>	1,700,000,010	524,000	394,307,687	4,359,640	2,914,410,932	5,013,602,269
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	922,795,961	922,795,961
Transferência para reserva legal	-	-	216,548,821	-	(216,548,821)	-
Dividendos pagos (Nota 19.1)	-	-	-	-	(611,155,026)	(611,155,026)
Plano de incentivo de longo prazo	-	-	-	2,340,342	-	2,340,342
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>1,700,000,010</b>	<b>524,000</b>	<b>610,856,508</b>	<b>6,699,982</b>	<b>3,009,503,046</b>	<b>5,327,583,546</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	721,306,720	721,306,720
Transferência para reserva legal	-	-	276,838,788	-	(276,838,788)	-
Conversão de acções preferenciais em acções ordinárias	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos (Nota 19.1)	-	-	-	-	(989,748,463)	(989,748,463)
Plano de incentivo de longo prazo	-	-	-	414,751	-	2,755,093
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>1,700,000,010</b>	<b>524,000</b>	<b>887,695,296</b>	<b>7,114,733</b>	<b>2,464,222,515</b>	<b>5,059,556,554</b>

A Demonstração das Variações nos Capitais Próprios deverá ser lida em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. O BANCO

O Banco Letshego, S.A. (doravante designado como 'Letshego Moçambique' ou simplesmente Banco) tem a sua sede em Moçambique, no edifício Okapi Piazza, Avenida Albert Lithuli, n.º 15, 6.º andar, Maputo. O Banco está envolvido na concessão de empréstimos de curto e médio prazo sem garantias e empregados do sector público e sector privado.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em

todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

### a) Conformidade com as Normas Internacionais de Relativo Financeiro (IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e numa base de custos históricos, salvo se forem especificamente indicadas nas políticas contabilísticas.

### b) Continuidade de operações

As demonstrações financeiras foram preparadas na base de continuidade de operações e foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 29 de Março de 2023.

### c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados na moeda do ambiente económico principal em que o Banco opera, designada por moeda funcional. As demonstrações financeiras são apresentadas em meticais (MZN), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco Letshego.

### d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige que o Conselho de Administração faça julgamentos, estimativas e crie pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores reportados dos activos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e os pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e em vários outros factores considerados razoáveis nas circunstâncias, cujos resultados constituem a base para efectuar julgamentos acerca dos valores contabilísticos de activos e passivos,

que não seriam evidentes a partir de outras fontes. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afectar apenas esse período, ou no período da revisão e períodos futuros se a revisão afectar os períodos actuais e futuros.

As informações acerca de estimativas significativas na aplicação das políticas contabilísticas estão descritas na Nota 5 das demonstrações financeiras.

### 3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### a) Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Meticals de Moçambique (MZN) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Moeda	País	Compra	Venda
USD	Estados Unidos da América	63.24	64.50
EUR	União Europeia	67.51	68.85
BWP	Botswana	4.96	5.06
ZAR	África da Sul	3.73	3.80

#### b) Rendimentos e encargos de juros

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares são reconhecidos em resultados através do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ou passivo financeiro, ou, quando apropriado, durante um período mais curto, para a quantia registada do activo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas sem considerar as perdas futuras de crédito esperadas.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui os custos da transacção e os honorários pagos ou recebidos, que constituem, assim, uma parte integrante da taxa de juro efectiva.

Os custos da transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares apresentados na demonstração do rendimento integral incluem os juros de activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e são calculados com base na taxa de juro efectiva.

Os rendimentos com juros de depósitos são reconhecidos numa base de acréscimo de acordo com a taxa de juro acordada com a respectiva instituição financeira.

#### c) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros mais significativos do Banco são os seguintes:

##### Saldo com outros bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes

Valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado activo, e devem ser mensurados pelo custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter os activos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, e
- Os termos contratuais do activo financeiro

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de relato são convertidos para MZN à taxa de câmbio aplicável para a liquidação nessa data.

O ganho ou perda em moeda estrangeira nos itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do período, ajustado pelos juros efectivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado na moeda estrangeira convertido de câmbio taxa no final do período.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, que se encontram ao custo histórico, são convertidos para MZN à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Activos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados ao justo valor são convertidos para MZN às taxas de câmbio em vigor nas datas em que os justos valores foram apurados. As diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

Abaixo as taxas de câmbio das principais moedas estrangeiras em relação ao Metical, a 31 de Dezembro de 2022:

dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do principal em aberto (SPPI).

#### Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral

O Banco classifica o instrumento de dívida ao justo valor quando as seguintes condições são simultaneamente atendidas:

- O instrumento é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo é alcançado tanto pela recepção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de activos financeiros; e
- Os termos contratuais do activo financeiro atendem ao teste SPPI.

Os instrumentos de dívida reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são subsequentemente mensurados ao justo valor, com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidas na demonstração do rendimento integral.

A receita de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado da mesma forma que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

#### Outras contas a receber

As contas a receber incluem os depósitos e outros valores a receber que decorrem da actividade corrente. São inicialmente mensurados ao justo valor, acrescidos dos custos directos incrementais da transacção, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efectiva menos perdas por imparidade.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Para o propósito da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e equivalentes de caixa inclui o dinheiro em caixa e os depósitos à ordem em instituições financeiras.

Os descobertos bancários que são reembolsáveis a pedido e fazem parte integrante da gestão de caixa do Banco são incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

Os montantes em caixa e equivalentes de caixa são registados no balanço, ao custo amortizado e a sua maturidade é inferior a 3 meses.

#### Activos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por resultados

Os activos financeiros nesta categoria são

aqueles que não são mantidos para negociação e foram designados pela administração no reconhecimento inicial ou são obrigatoriamente avaliados pelo justo valor de acordo com o IFRS 9.

#### Princípios da mensuração do justo valor

O Banco avalia os instrumentos financeiros pelo justo valor em cada data de reporte. O justo valor é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir uma responsabilidade numa transacção ordenada entre os participantes do mercado na data de determinação.

A determinação do justo valor baseia-se na presunção de que a transacção para vender o activo ou transferir o passivo ocorre:

- No mercado principal do activo ou passivo, ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o activo ou responsabilidade.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Banco.

O justo valor de um activo ou de uma responsabilidade é medido utilizando os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam ao fixar o activo ou a responsabilidade, assumindo que os participantes no mercado actuam no seu melhor interesse económico.

Para activos e passivos cujos justos valores sejam medidos numa base recorrente, o Banco determina se as transferências ocorreram entre os Níveis da hierarquia de justo valor, através da reavaliação da categorização (com base na entrada de nível/ nível mais baixo que é significativa para a medição do justo valor no seu conjunto) no final de cada período de reporte.

#### Passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para o banco. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos de outros bancos e depósitos de clientes, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização efectiva dos juros é incluída como custos financeiros em lucros e perdas.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem os empréstimos, os depósitos de clientes, as garantias em numerário e os fornecedores e outras dívidas a pagar.

#### Empréstimos

Os empréstimos e depósitos de clientes são as fontes de financiamento do Banco, são inicialmente mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos directos incrementais da transacção e subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

#### Outras contas a pagar

As obrigações relativas a outros valores a pagar que costumam ser liquidados entre 30 e 90 dias são mensurados ao custo porque se entende que este é o justo valor da contraprestação que irá ser paga pelo Banco pelos bens e serviços recebidos facturados ou não facturados.

#### Garantias em numerário

As garantias em numerário consistem em numerário recebido como garantia para adiantamentos a clientes e são retidas até que o empréstimo ao cliente seja totalmente liquidado altura em que o saldo é reembolsado ao cliente. A garantia em dinheiro só é imputada a um saldo de empréstimo quando este saldo é considerado irrecuperável.

#### Reconhecimento

O Banco reconhece os activos e passivos financeiros na data em que são originados ou na data em que ocorre a negociação e o Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Desreconhecimento

O Banco desreconhece um activo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo, quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o activo financeiro são transferidos, através de uma transacção em que se transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade financeira, ou quando o banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não mantém o controlo do activo financeiro.

Qualquer participação nos activos financeiros transferidos que seja criada ou retida pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencem.

O Banco efectua transacções em que transfere activos reconhecidos no balanço, mas retém todos os riscos ou benefícios dos activos transferidos, ou de uma parte deles. Se todos, ou substancialmente todos, os riscos e benefícios forem retidos os activos transferidos não serão desreconhecidos do balanço.

Nas transacções em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro, o activo é desreconhecido quando se perde o controlo sobre o activo.

Nas transferências em que o controlo sobre o activo é retido, o Banco continua a reconhecer o activo, na medida do seu envolvimento continuado, que é determinado pela extensão da exposição a alterações no valor do activo transferido.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido relatado na demonstração da posição financeira se, e somente se, houver um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Mensuração de custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos as respectivas amortizações, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor recuperável na maturidade, menos qualquer redução por imparidade.

#### Mensuração do justo valor

A determinação do justo valor de activos e passivos financeiros é baseada em preços de mercado cotados ou nas cotações de preços de revenda de instrumentos financeiros negociados em mercados activos.

Para todos os outros instrumentos financeiros, o justo valor é determinado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem técnicas de determinação do valor actual líquido, fluxos de caixa descontados e comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis de mercado e modelos de avaliação.

O Banco usa modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros comuns e mais simples, como swaps de taxa de juro. Para estes instrumentos financeiros, os dados inseridos nos modelos são observáveis no mercado.

Quando se inicia a transacção, o instrumento financeiro é reconhecido pelo justo valor. A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento é normalmente o preço da transacção, por se entender ser o justo valor da contrapartida dada ou recebida. O valor obtido através do modelo de avaliação pode diferir do preço da transacção e esta diferença inicial, geralmente



um aumento no justo valor indicado pelas técnicas de avaliação, é reconhecida em resultados dependendo dos factos e circunstâncias individuais de cada transacção e nunca depois de os dados de mercado se tornarem observáveis.

O valor apurado por um modelo ou outra técnica de avaliação é ajustado em função de factores diversos, adequados às circunstâncias, porque as técnicas de avaliação não reflectem adequadamente todos os elementos que os participantes do mercado levam em consideração numa transacção.

Tais factores, podem ser incorporados para reflectir determinados riscos, tais como spreads bid-ask, riscos de liquidez e outros. A administração acredita que estes ajustamentos de avaliação são necessários e apropriados para instrumentos financeiros contabilizados pelo justo valor.

#### Identificação e mensuração de imparidade

As imparidades nos termos da IFRS 9 são determinadas com base num modelo de Perda de Crédito Esperada (ECL), em oposição a um modelo de perda incorrida utilizado na IAS 39.

O modelo ECL aplica-se a activos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (FVOCI), recebíveis de locação e determinados compromissos de empréstimo, bem como contratos de garantia financeira.

De acordo com a IFRS 9, as “perdas de crédito esperadas” são mensuradas em qualquer uma das seguintes bases:

- ECLs de 12 meses: representam o montante das perdas de crédito esperadas que resultem de eventos de incumprimento esperados durante o período de 12 meses após a data de relato.

- ECLs lifetime: são ECLs resultantes de todos os possíveis eventos de default durante a vida esperada de um instrumento financeiro.

O Banco reconhece uma provisão para ECLs lifetime se houver um aumento significativo no risco de crédito (SICR) desde o reconhecimento inicial. Os indicadores de SICR incluem qualquer um dos seguintes:

- 30 dias em atraso;

- Comportamento histórico de incumprimento no período de 1 a 30 dias (Stage 1);

- Atrasos técnicos/operacionais com prova de que o atraso subsiste após a correcção do erro técnico/operacional; ou

- Mudanças adversas significativas nas condições comerciais, financeiras e/ou económicas em que o cliente opera.

#### Mensuração das ECL

A mensuração das ECLs reflecte um resultado ponderado pela probabilidade, valor do dinheiro no tempo e as melhores informações prospectivas disponíveis do Banco.

Este resultado considera a possibilidade de ocorrer uma, ou não ocorrer nenhuma, perda de crédito, mesmo se a possibilidade da tal ocorrência for baixa.

As perdas de crédito são medidas com base no valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa que são devidos nos termos do contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber). As ECLs são descontadas à taxa de juro efectiva do activo financeiro.

A avaliação da ECL de um activo financeiro ou carteira de activos financeiros implica estimativas da probabilidade de ocorrência de incumprimento e de correlações de incumprimento entre as contrapartes.

O Banco apura a ECL usando a probabilidade de incumprimento (PD), a exposição aquando do incumprimento (EAD) e a perda pelo incumprimento (LGD). Estas três componentes

são consideradas juntas e ajustadas em função da probabilidade do incumprimento.

O cálculo da ECL incorpora informações prospectivas. O Banco realizou análises históricas e identificou as principais variáveis económicas que têm impacto no risco de crédito e na ECL para cada carteira ao nível subsidiário. Essas variáveis económicas e o respectivo impacto no PD, EAD e LGD não variam por instrumento financeiro.

#### d) Locações

##### Banco como locatário

O Banco aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas as locações, excepto para locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor. O Banco reconhece passivos de locações para efectuar pagamentos de locações e activos de direito de uso que representam o direito de usar os activos subjacentes.

##### Activo de direito de uso

O Banco reconhece activos de direito de uso à data de início da locação (ou seja, à data em que o activo subjacente está disponível para uso).

Os activos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por imparidade, e ajustados para qualquer remensuração dos passivos de locação.

O custo dos activos de direito de uso inclui o valor dos passivos de locação reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos da locação efectuados antes ou antes da data de início, deduzidos os incentivos recebidos.

Os activos de direito de uso são depreciados pelo método de quotas constantes pelo menor prazo do contrato de arrendamento e pela vida útil estimada dos bens, como segue: Imóveis, 2 a 5 anos.

##### Passivo de locação

Na data de início da locação, o Banco reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos da locação a serem efectuados pelo prazo da locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos substanciais) menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis de locações que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual.

Os pagamentos de locações também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Banco e pagamentos de multas pela rescisão do contrato, se os termos da locação reflectirem que Banco exerce a opção de rescisão.

Os pagamentos variáveis das locações que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir inventários) no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, o Banco utiliza sua taxa de juro incremental na data de início da locação, porque a taxa de juros implícita na locação não é prontamente determinável.

Após a data de início, o valor dos passivos de locação é aumentado para reflectir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efectuados. Além disso, o valor contabilístico dos passivos de locação é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente.

##### Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer o direito de utilização de activos por locação financeira

de locações de curto prazo (ou seja, aquelas locações que têm um prazo de 12 meses ou menos a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de activos de baixo valor a locações de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

O Banco reconhece os pagamentos da locação associados a estas locações como um gasto numa base de linha recta durante o prazo da locação.

#### e) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido que é reconhecido em resultados, com excepção dos valores que são reconhecidos directamente no capital próprio ou em outros rendimentos integrais.

##### Imposto corrente

O imposto corrente compreende o imposto esperado (a pagar ou a receber) sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajustamento ao imposto a pagar ou a receber respeitante a anos anteriores, mensurado com base nas taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

O imposto corrente também inclui o imposto que resulte de dividendos pagos aos accionistas. A despesa com impostos sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos.

É reconhecida no resultado, excepto para itens reconhecidos directamente em capitais próprios. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre as quantias escrituradas dos activos e passivos para efeitos de relato financeiro e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias no reconhecimento inicial do activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e que não afecte nem a contabilidade nem o lucro tributável.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis, até ao ponto em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para serem utilizados.

Os activos por impostos diferidos são revistos à data de cada balanço e reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal seja realizado.

O imposto diferido é mensurado com base nas taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias, quando elas revertem, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas na

	Vida útil	Taxa de depreciação
Computadores	3 anos	33.33%
Mobiliário de escritório	4 anos	25.00%
Equipamento de escritório	5 anos	20.00%
Melhorias em edifícios arrendados	3 anos	33.33%
Veículos	4 anos	25.00%

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos à data de cada balanço e ajustados se apropriado. Quando o valor contabilístico de um activo é superior ao seu valor recuperável estimado, é registada uma perda por imparidade.

Os ganhos e perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação entre o recebimento da venda e o valor contabilístico e são reconhecidos líquidos de outros rendimentos na demonstração do rendimento integral.

#### Investimentos em curso

Os investimentos em curso compreendem:

- Custos incorridos no desenvolvimento em curso do sistema, mais concretamente do módulo personalizado relativo aos empréstimos e ao relato financeiro do Grupo. Os custos associados a esse processo de

data de balanço.

A mensuração do imposto diferido reflecte as consequências fiscais que resultam da forma como o Banco espera, à data de balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os impostos adicionais que decorram da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos no momento em que a responsabilidade de pagamento associada é reconhecida.

Estes montantes são geralmente reconhecidos em resultados uma vez que estão geralmente relacionados com rendimento decorrente de transacções que originalmente foram reconhecidas em resultados.

#### Exposições fiscais

Ao determinar o montante do imposto corrente e diferido, o Banco considera o impacto das exposições fiscais, incluindo os impostos adicionais e os juros que possam ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e pressupostos e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

A disponibilidade de nova informação pode originar a alteração do julgamento feito pelo Banco sobre a adequação dos passivos fiscais existentes e por consequência eventuais mudanças nas obrigações fiscais podem ter impacto nos custos fiscais do período em que tal avaliação seja feita.

#### f) Outros activos tangíveis e activos sob direito de uso

Os activos tangíveis são mensurados ao custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo inclui as despesas directamente atribuíveis à aquisição de um activo. Se as partes significativas de um activo tangível tiverem diferentes vidas úteis, esses itens são contabilizados como um item separado.

Os custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que os benefícios económicos futuros dos gastos fluam para a entidade. Os encargos com obras e manutenção são registados em custos, quando incorridos.

As melhorias em edifícios arrendados são amortizadas ao longo do prazo do contrato de arrendamento e referem-se as melhorias que são feitas em propriedades arrendadas.

A depreciação é calculada através da amortização do custo deduzido dos valores residuais estimados, utilizando o método de quotas constantes durante a vida útil estimada do bem, e é geralmente reconhecido em resultados. As vidas úteis estimadas dos activos tangíveis mais expressivos significativos são as seguintes:

	Vida útil	Taxa de depreciação
desenvolvimento	3 anos	33.33%
trabalhos em curso até o momento em que os sistemas estão disponíveis para uso; nesse momento, o respectivo elemento será transferido para a categoria apropriada de activo tangível e/ou intangível e depreciado pela respectiva vida.	4 anos	25.00%

Os custos incorridos na aquisição e desenvolvimento do activo até que esteja disponível para uso; nesse momento, o respectivo activo será transferido para uma categoria apropriada e depreciado durante a vida útil estimada.

- Custos incorridos na aquisição e desenvolvimento do activo até que esteja disponível para uso; nesse momento, o respectivo activo será transferido para uma categoria apropriada e depreciado durante a vida útil estimada.

#### g) Activos intangíveis

O software adquirido pelo Banco é contabilizado ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um

activo quando o Banco é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software em moldes que gerem benefícios económicos futuros e quando pode mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados relativos ao software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis ao desenvolvimento do software, incluindo os custos de empréstimos que tenham sido capitalizados, e são amortizados durante a respectiva vida útil.

O software desenvolvido internamente é mensurado ao custo, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes relativos ao software são capitalizados somente quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem.

Todas as outras despesas são registadas quando incorridas. O software é amortizado com base no método das quotas constantes, através de resultados, durante a vida útil estimada e a partir da data em que está disponível para uso, por ser esta a que melhor reflecte o padrão esperado do consumo dos benefícios económicos incorporados. A vida útil estimada do software não ultrapassa dez anos.

Os métodos de amortização, vida útil e os valores residuais são reavaliados no final de cada exercício financeiro e ajustados, se necessário.

#### h) Imparidade de activos não-financeiros

A data de cada balanço, o Banco revê as quantias registadas dos seus activos não financeiros para determinar se existe evidência objectiva de imparidade. Se tal indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado e é reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada de um activo excede o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor de uso e o justo valor do activo menos os custos com a venda futura.

Ao avaliar o valor de uso, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados ao valor actual, usando uma taxa de desconto antes de impostos que é reflectida nas avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e nos riscos específicos para os activos.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Uma perda por imparidade de um activo que não seja a goodwill é revertida somente na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada, líquida de depreciação ou amortização, que teria sido determinado caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

#### i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado e seja muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir tal obrigação.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é material, o Banco determina o nível de provisão descontando os fluxos de caixa esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as taxas atuais específicas do passivo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de resultados líquida de qualquer reembolso de outras despesas operacionais.

#### j) Gastos com benefícios dos empregados

##### Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-reforma em que o Banco paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais.

As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas em resultados, como um gasto, quando são devidas a título de serviços prestados antes do final do período de reporte.

O Banco contribui para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), em conformidade com os requisitos legais.

##### Dias de férias

Os direitos dos funcionários que respeitam a férias anuais são reconhecidos quando acumulados pelos funcionários, mediante um acréscimo da estimativa relativa às férias anuais por serviços que tenham sido prestados até à data de relato.

##### Incentivos e bónus

O Banco também tem implementado um esquema de incentivo e bónus aos funcionários em que o acréscimo se baseia numa política pré-determinada. O acréscimo de incentivo e bónus a funcionários deve ser liquidado no prazo de doze meses.

##### Pagamentos baseados em acções

O Banco tem um plano de incentivos de longo prazo (LTIP) que é liquidado através de acções. Os prémios de acções são concedidos a membros da Administração e ao pessoal-chave, e o número de acções atribuídas depende do alcance de determinadas metas não comerciais.

O justo valor das acções à data da sua atribuição é reconhecido como um custo com o pessoal, por contrapartida de um aumento no capital próprio, durante o período em que os funcionários são titulares condicionais das acções. O valor reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número efectivo de acções atribuídas na data da sua atribuição.

##### Benefícios de curto prazo

Os benefícios a curto prazo a funcionários são contabilizados como custo quando o serviço associado é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor que se espera pagar se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

#### k) Gastos administrativos associados à dedução na fonte das prestações de créditos

Por força dos Memorandos de Entendimento entre o Banco Letshego e os Empregadores, estes cobram custos administrativos relacionados com os descontos efectuados nos salários dos clientes de crédito. Estes custos são reconhecidos como gastos administrativos.

#### l) Dividendos pagos

Os dividendos das acções ordinárias são reconhecidos no capital próprio, no período em que são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos declarados após a data de reporte não são reconhecidos como um passivo no Balanço.

#### m) Taxas e comissões

O Banco auferir proveitos de taxas e comissões de clientes e transações relacionadas com empréstimos. Quando as taxas e comissões fizerem parte integrante dos juros efectivos de um activo ou passivo financeiro, elas são incluídas e mensuradas com base na taxa de juros efectiva.

As taxas e comissões que se referem à transações e serviços onde a obrigação de desempenho é satisfeita durante um período de tempo, são reconhecidas ao longo desse período, à medida que o serviço é prestado.

A receita relacionada às transações é reconhecida no momento em que a transação ocorre. As taxas e comissões iniciais não reembolsáveis são reconhecidas como receita durante o período em que se espera que o cliente continue recebendo o serviço ou utilizando a instalação.

#### n) Passivos contingentes

O Banco divulga um passivo contingente quando identifica uma obrigação resultante de

eventos passados cuja existência apenas será confirmada através da ocorrência de um ou mais eventos incertos que o Banco não controla na totalidade e quando não é provável que ocorra uma saída de recursos do Banco para liquidar a obrigação e o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente fiabilidade.

#### o) Acções preferenciais

As acções preferenciais que sejam remíveis em data específica ou por opção do accionista, ou que tenham obrigações de dividendos não discricionários, devem ser classificadas como passivo.

Os dividendos dessas acções preferenciais são levados à demonstração do resultado como despesa de juros.

As acções preferenciais não remíveis com dividendos discricionários devem ser classificadas como Capital Próprio.

#### p) Partes relacionadas

Partes relacionadas compreendem directores e pessoal-chave da administração da Companhia e empresas com propriedade comum e / ou conselheiros.

## 4. NORMAS ADOPTADAS OU AINDA NÃO ADOPTADAS

### a) Normas emitidas mas ainda não efectivas

#### IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros directos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes.

Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspectos contabilísticos relevantes.

A IFRS 17 é efectiva para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023, com valores comparativos exigidos.

### Alterações à IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos correntes e não correntes

Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant".

No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023.

As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

### Alterações à IAS 8 - Definição de estimativas contabilísticas

A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística,

alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023 e aplicam-se a mudanças nas políticas contabilísticas e mudanças nas estimativas contabilísticas que ocorram no início desse período ou após o mesmo.

### Alterações à IAS 12 - Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única

As alterações esclarecem que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.

De acordo com estas alterações, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.

As alterações à IAS 12 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023.

### b) Normas emitidas efetivas a partir de 1 de Janeiro de 2022

#### Alterações à IAS 37 - Contratos onerosos - custos de cumprir com um contracto

Esta alteração específica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.

Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

#### Alterações à IFRS 3 - Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.

A alteração é de aplicação prospetiva.

### Alterações à IFRS 1 - Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras pode ser efetuada pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras

consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

**Alterações à IFRS 9 - Desreconhecimento de passivos financeiros - Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)**  
Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original.

Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.

## 5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS DA GESTÃO

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão formulou julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir destas estimativas.

Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua e os resultados da revisão das estimativas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente.

A informação respeitante às estimativas e às principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras é descrita nos pontos seguintes:

### a) Estimativas e julgamentos significativos

#### As áreas que envolvem estimativas significativas são:

- Outros activos tangíveis e activos intangíveis (Notas 11 e 12), respectivamente - estimativa de vidas úteis e valores residuais;

- Impostos correntes (Nota 26) - estimativa de activos e passivos por impostos correntes;

- Impostos diferidos (Nota 26.1);

- Imparidade de crédito a clientes (Nota 10)

- ver 5.a).i).

Stage	Provisão para imparidade existente	Impacto de mudanças na LGD		Impacto de mudanças na PD	
		(+) 5%	(-) 5%	(+) 5%	(-) 5%
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Stage 1: Perdas de crédito esperadas a 12 meses	164,503,519	168,803,469	98,887,906	209,461,789	80,955,702
Stage 2: Perdas de crédito esperadas "lifetime" (Sem incumprimento)	36,935,723	52,925,455	31,534,276	52,954,898	33,258,244
Stage 3: Perdas de crédito esperadas "lifetime" (Em incumprimento)	76,502,069	115,237,930	73,055,205	102,262,813	73,043,970
<b>Total</b>	<b>277,941,310</b>	<b>336,966,853</b>	<b>203,477,387</b>	<b>364,679,501</b>	<b>187,257,916</b>

Portanto, com base no acima exposto, um aumento na LGD ou PD teria um impacto adverso nos lucros do Banco.

#### Perdas de crédito esperadas: Teste de Stress e Análise de Sensibilidade

Como um negócio de Retenção na fonte pelo Governo para funcionários públicos, o Banco Letshego conseguiu manter-se resiliente aos piores efeitos da Covid-19 e ao aumento da inflação global ligada à guerra Rússia-Ucrânia. Isto deveu-se principalmente ao facto de os governos terem optado por tomar uma abordagem contracíclica e não recuar, de modo a não agravar as tendências económicas descendentes.

No entanto, os efeitos das operações externas tiveram um grande impacto no desempenho da carteira, especialmente impactando um dos maiores empregadores.

As recalibrações de modelos foram realizadas em 2022 em dois pontos, em Abril e Outubro de cada ano. Além disso, os factores macroeconómicos são actualizados mensalmente para alinhar às previsões revistas da Fitch Solutions.

Apesar destas estimativas se basearem na melhor avaliação e conhecimento da gestão sobre a envolvente actual, podem divergir dos valores efectivamente verificados.

As estimativas são alvo de uma avaliação contínua e são baseadas em conhecimento histórico acumulado e outros factores, incluindo a expectativa face a eventos futuros que se espera que sejam razoáveis nas circunstâncias actuais.

O Banco revê regularmente a sua carteira de crédito e efectua julgamentos ao determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida tendo em conta informação observável que possa ter impacto nos fluxos de caixa futuros.

A metodologia e pressupostos utilizados para estimar os montantes e calendarização de fluxos de caixa futuros é revista regularmente de forma a reduzir o risco de existirem diferenças entre as estimativas de perda e as perdas reais.

#### b) Imparidade de créditos a clientes

O Banco revê periodicamente a sua carteira de crédito (Nota 10) e faz julgamentos para determinar se deve ser reconhecida uma perda por imparidade relativamente a dados observáveis que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar o valor e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistas regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas de perda e a experiência de perda.

As principais variáveis no processo de modelo que exigem um julgamento significativo do Conselho de Administração incluem:

- Probabilidade de incumprimento ("Probability of Default" - PD);

- Perda dado o incumprimento ("Loss Given Default" - LGD);

- Se o evento de perda, isto é, o momento do registo da imparidade, foi identificado atempadamente; e

- O período de emergência entre a ocorrência do evento e o reconhecimento da perda que decorre do evento de perda.

Resume-se, a seguir, a análise de sensibilidade sobre as perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2022 num cenário de alteração nas LGD e PD:

#### Perda dado o incumprimento (LGD)

A mudança de valor absoluto nas LGDs entre Abril e Outubro de 2022 foi positiva, devido ao aumento do índice de cobranças. Isto deu uma indicação da sensibilidade das nossas LGDs sob pressão económica.

O Banco fica assim confortável em definir os choques LGD para o cenário positivo e para o cenário negativo a 10%, por prudência.

#### Probabilidade de incumprimento (PD)

Uma vez que as PD's são modeladas usando uma abordagem Point-In-Time (PIT), é atribuída a cada conta uma PD individual, criando uma distribuição de PDs para cada portfólio.

Ao criar choques para um portfólio de PD's PIT, uma margem padrão de adicionar e subtrair números estáticos não seria adequada para a criação de cenários.

Neste sentido, é utilizada uma abordagem utilizando percentis para criar um tecto máximo e um limite inferior para as distribuições. Um percentil inferior é usado como limite máximo, e um percentil mais alto é usado como limite mínimo.

#### Análise Macroeconómica

A carteira sujeita a retenção na fonte pelo Governo é a maior carteira e constitui mais de 99% da carteira total de empréstimos.

Em geral, o ambiente macroeconómico encontrava-se em desaceleração devido às pressões macroeconómicas. Não obstante, os governos encontravam-se relucantes em aplicar medidas de retração económica, refletindo-se numa mitigação do impacto negativo na população.

Neste sentido, embora o Banco estivesse a operar em um ambiente macroeconómico condicionado, o impacto sentido foi reduzido, tendo 75% os clientes continuado a honrar as suas obrigações financeiras. A taxa de inflação, em 2022, foi de 10.29% (2021: 6.74%) e o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 4.24%.

#### Influência económica na estimativa de ECL

Um scorecard comportamental é usado para incorporar variáveis macroeconómicas prospectivas (forward looking) nas PDs lifetime.

É calculada uma pontuação ponderada com base nas perspectivas das condições económicas de cada país, sendo a mesma actualizada sempre que exista alguma mudança com impacto na mesma. Essas pontuações ponderadas são utilizadas para converter PDs de 12 meses em

País	Base para ECL	Ponderação da probabilidade	Impacto
	MZN	MZN	MZN
Moçambique	277,941,309	350,424,278	72,482,969
<b>Total</b>	<b>277,941,309</b>	<b>350,424,278</b>	<b>72,482,969</b>

O Banco, portanto, estima um impacto no modelo de ECL adicional de MZN 72.5 milhões de meticais em Dezembro de 2022, caso o Grupo não tivesse qualquer mitigação em vigor. As divulgações adicionais da ECL podem ser lidas na nota 6 d) crédito risco.

## 6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

#### Contextualização

O Banco está exposto aos seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de gestão de capital

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos acima identificados e os seus objectivos, políticas e processos para a mensuração e gestão de cada risco.

#### a) Estrutura de gestão de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco do Banco.

O Conselho de Administração da Letshego Holdings Limited (a empresa-mãe) constituiu o Comité de Auditoria e de Risco do Grupo ("GARC"), o Comité de Recursos Humanos do Grupo ("GHRC"), o Comité de Investimento do Grupo ("GIC"), o Comité de Nomeações do Grupo ("GNC"), o Comité de Gestão do Grupo ("GMC"), o Comité de Risco do Grupo ("GRC") e o Comité Executivo do País ("EXCO"), que são responsáveis por desenvolver as políticas de gestão de risco do Banco nas diversas áreas. Todos os Comités do Conselho de Administração são constituídos por membros executivos e não executivos, para além dos GMC e GRC da Letshego Holdings Limited, e do EXCO que é constituído por administradores executivos e gestores séniores que reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas actividades.

A Estrutura de Gestão de Risco Empresarial do Grupo ("ERMF") e a Estrutura de Risco

PDs lifetime para contas no Stage 2 (PD do Stage 3 é padrão em 100%).

Uma análise de regressão macro-induzida é usada para modelar um LGD Macro-induzido (MI) para contas no Stage 2 e 3.

Isso envolve a identificação de como as condições económicas influenciam as taxas de recuperação e a aplicação disso às perspectivas económicas previstas.

#### ECL: Abordagem "Forward Looking"

Factores macroeconómicos prospectivos (forward looking) foram todos revistos em baixa, nomeadamente para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), Inflação, Produto Interno Bruto (PIB) e taxa de desemprego em linha com as perspectivas revistas da Fitch para o período que termina em 31 de dezembro de 2022.

O ECL ponderado pela probabilidade é derivado atribuindo pesos aos cenários base, positivo e negativo com base nas projecções da gestão. As ponderações utilizadas são 50%, 20% e 30% respetivamente para a carteira de retenções na fonte pelo Governo com baixo risco de crédito.

O impacto total ponderado de MZN 72.5 milhões para Moçambique com base em cenários de desvantagem:

Operacional do Grupo ("GORF") foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, e pelas suas subsidiárias, para definir limites e controlos de risco apropriados e para monitorar os riscos e a adesão aos limites aprovados.

As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para reflectir as mudanças nas condições de mercado e nos produtos e serviços oferecidos.

O Grupo, através das suas normas e procedimentos de formação e gestão, pretende desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

O GARC é responsável pela monitorização do cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo e por rever a adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

O GARC é auxiliado nestas funções pela Auditoria Interna, que realiza revisões regulares e ad-hoc dos controlos e procedimentos de gestão de risco, e reporta os resultados ao GARC.

Os deveres e responsabilidades do GARC incluem a revisão da filosofia de riscos, a análise da estratégia e políticas recomendadas pelo EXCO e a análise dos relatórios do EXCO.

O Comité assegura a conformidade das políticas com o perfil de risco global do Grupo:

- revisão dos controlos sobre os riscos significativos;
- procedimentos para identificar os riscos do negócio e controlar o impacto no Grupo;
- políticas do Grupo para prevenir ou detectar fraude;
- políticas do Grupo para assegurar que o Grupo cumpre com os requisitos e regulamentos legais;
- eficácia operacional das políticas e procedimentos;
- monitorar a conduta ética do Grupo e do seu pessoal executivo e sénior;
- rever quaisquer declarações sobre normas éticas ou requisitos do Grupo e apoio no desenvolvimento dessas normas e requisitos;

- conformidade com os requisitos dos artigos dos estatutos e demais elementos relativos à constituição;
- conformidade com as leis e regulamentos de qualquer outro estatuto aplicável e órgãos de controlo;
- questões ambientais e sociais.

### Comité de Executivo do Grupo

O EXCO é presidido pelo Director Geral do Grupo. Os principais objectivos do EXCO são os seguintes:

- assegurar que são implementadas as estratégias de negócio do Grupo face à agenda colectiva e orçamento do Grupo e reportar sobre os progressos ao Conselho de Administração da empresa-mãe assim como identificar quaisquer riscos significativos ou questões atempadamente;
- monitorizar os desenvolvimentos externos na presença do Grupo (e globalmente em geografias que podem afectar o Grupo) bem como os riscos internos daqui decorrentes, para assegurar que são tomadas as medidas apropriadas para proteger a reputação e a licença do Grupo Letshego, bem como para mitigar potenciais perdas financeiras;
- promover uma cultura que se concentra numa experiência única com o cliente, inovação, medidas preventivas, desenvolvimento de pessoas e envolvimento das partes interessadas, sustentada por governação exemplar e controlo efectivo dos custos; e

- fornecer uma liderança unificada sobre a transformação chave, marca e outras iniciativas do negócio, através da elaboração e aprovação de respostas para ultrapassar os desafios geográficos e do negócio.

### Comité de Risco do Grupo (GRC)

O GRC é presidido pelo Chefe responsável pelo Departamento de Risco e Qualidade e tem como foco a gestão de risco do Grupo, reportando ao GMC. Os principais objectivos do GRC incluem, entre outros, os seguintes:

- assegurar que o Grupo promove e mantém uma cultura de disciplina de gestão de risco, antecipação e conformidade em todas as suas entidades;
- assegurar que o GORF é implementado em cada subsidiária, incluindo os limites de risco, e fornecer orientação sobre a forma como esta pode ser melhorada;
- fornecer uma visão geral dos principais riscos que afectam as várias subsidiárias, e o grupo como um todo, e os planos de mitigação propostos;
- monitorizar, mitigar e procurar reduzir a um nível de risco residual e aceitável os riscos associados com o crédito, mercado, financeiro (incluindo impostos e crime financeiro), operacionais, legais, recursos humanos, tecnologias de informação, de reputação, governação, política, conformidade regulamentar e quaisquer outras questões que possam surgir e que possam afectar negativamente as operações do Grupo;
- classificar as constatações e recomendações para o GMC, se necessário, sempre que existir um impacto negativo resultante de qualquer sanção por parte dos reguladores, perda de clientes em larga escala e de prejuízo para uma ou mais pessoas.

### Funções de Gestão de Risco Empresarial e do Risco Operacional (ERMF e GORF)

O âmbito do trabalho envolvido na ERMF e GORF é determinar se a rede de gestão de risco do Grupo, controlo e processo de governação e controlo, tal como concebido e representado pela gestão, é adequado e funciona no sentido de assegurar que:

- os riscos são identificados e geridos de forma apropriada;
- a interacção com os vários grupos de governação dentro do Grupo são documenta-

dos e ocorrem de forma apropriada;

- a informação financeira significativa e operacional é correcta, fiável e atempada;
- as acções dos funcionários estão em conformidade com as políticas, normas, procedimentos e leis e regulamentos aplicáveis;
- os recursos são adquiridos e aplicados economicamente, utilizados de forma eficaz, e adequadamente salvaguardados;
- os programas, planos e objectivos são aplicados de forma contínua;
- a qualidade e as melhorias contínuas são implementadas nos processos de gestão de risco e controlo do Grupo;
- as questões legislativas ou regulamentares significativas com impacto no Grupo são reconhecidas e encaminhadas de forma adequada e reportadas ao Grupo;
- os requisitos de secretariado do Banco e da Bolsa de Valores do Botswana são cumpridos;
- a formação do pessoal é contínua e adequada para satisfazer as normas do Grupo; e
- se estabelece uma ligação com os auditores externos para coordenar os programas de auditoria e suas exigências e normas.

As oportunidades para as melhorias do controlo da gestão e rentabilidade e imagem do Grupo devem ser identificadas durante as auditorias internas e externas e comunicadas ao nível adequado da gestão.

O responsável pela Auditoria Interna comunica e estabelece uma ligação com os auditores externos relativamente ao seu trabalho e às constatações do Departamento de Auditoria Interna.

O programa anual de auditoria interna, incluindo os recursos que são necessários para realizar o seu trabalho, é aprovado pelo GARC. A monitorização contínua do trabalho realizado pelo Departamento de Auditoria Interna bem como o seu relato é realizado pelo GARC.

Os Responsáveis pela Auditoria Interna, Governação e Conformidade e os auditores externos comparecem às reuniões do Comité de Risco e de Auditoria do Grupo.

O Presidente do GARC tem o direito de convidar qualquer outro colaborador do Grupo. O Responsável de Auditoria Interna e os auditores externos têm acesso irrestrito ao Presidente do GARC. O Comité do GARC reúne-se pelo menos duas vezes por ano.

Os Responsáveis pela Auditoria Interna, Governação e Conformidade e os auditores externos comparecem às reuniões do Comité de Risco e de Auditoria do Grupo.

O Presidente do GARC tem o direito de convidar qualquer outro colaborador do Grupo. O Responsável de Auditoria Interna e os auditores externos têm acesso irrestrito ao Presidente do GARC. O Comité do GARC reúne-se pelo menos duas vezes por ano.

### Comité de Recursos Humanos do Grupo (GHRC)

Os principais objectivos do GHRC são:

- monitorar e rever as políticas de remuneração do Grupo;
- assegurar que os directores executivos e gestores seniores são remunerados de forma apropriada e justa;
- assegurar que as estratégias de remuneração são cumpridas; e
- estabelecer metas de desempenho para a tabela de bónus do Grupo.

Os administradores executivos não desempenham nenhum papel respeitante a decisões de remuneração.

### Comité de Investimento do Grupo (GIC)

O principal objectivo do GIC é fazer revisões críticas e recomendações ao Conselho de Administração sobre todos os novos investimentos estratégicos, e alienação de investimentos existentes quando necessário, nomeadamente quando ocorrem iniciativas de financiamento importantes do Grupo, incluindo o seguinte:

- o mecanismo para o investimento (início

das operações, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos, etc);

- seleccionar os investimentos prioritários e não-prioritários;
- alienar os investimentos existentes quando os objectivos do investimento não são alcançados; e
- decidir sobre os mecanismos apropriados de financiamento no contexto da estratégia geral do Grupo;
- formular as políticas gerais de investimento do Grupo, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.
- recomendar as orientações de investimento a adoptar pelo Conselho de Administração na prossecução dessas políticas; e
- monitorizar a conformidade geral das políticas de investimento, orientações e decisões estratégicas.

Aquando da aprovação do investimento pelo Conselho de Administração, o GARC e o Conselho de Administração são responsáveis por supervisionar a implementação dos riscos.

### Comité de Nomeações do Grupo (GNC)

Os principais objectivos do GNC são os de prestar apoio ao Conselho de Administração

no exercício das suas funções em relação ao seguinte:

- formular recomendações para o Conselho de Administração;
- implementar um processo formal de revisão do equilíbrio de competências, diversidade e eficácia do Conselho de Administração;
- identificar as competências necessárias para os indivíduos que apresentem tal necessidade, de uma forma justa e no sentido de assegurar a eficácia e foco do Conselho de Administração;
- identificar e avaliar os candidatos para aprovação do Conselho de Administração, para preencher as vagas do Conselho de Administração à medida que estas forem surgindo;
- implementar os planos para a sucessão do Conselho de Administração; e
- indução dos administradores, avaliação de desempenho e desenvolvimento dos administradores; e
- nomeação de administradores não executivos das subsidiárias, indicados periodicamente de acordo com a Estrutura de Governação Empresarial do Grupo para os Conselhos Subsidiários.

	Empréstimos e recebíveis	Justo valor através do resultado integral	Passivo ao custo amortizado	Total do valor contabilístico	Justo valor
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>31 de Dezembro de 2022</b>					
<b>Activos financeiros</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	662,208,073	-	-	662,208,073	652,614,638
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	-	-	463,479,992	424,561,715
Activos financeiros	-	6,327,465	-	6,327,465	5,796,149
Crédito a clientes	10,206,210,136	-	-	10,206,210,136	8,261,959,721
Outros activos	296,041,973	-	-	296,041,973	283,340,208
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>11,627,940,174</b>	<b>6,327,465</b>	<b>-</b>	<b>11,634,267,639</b>	<b>9,628,272,431</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Depósitos de clientes	-	-	2,837,030,055	2,837,030,055	2,320,882,176
Empréstimos de outros bancos	-	-	1,297,450,847	1,297,450,847	1,061,402,413
Outros passivos	-	-	951,549,520	951,549,520	939,530,147
Acções preferenciais	-	-	1,503,385,586	1,503,385,586	1,359,768,450
Dívida subordinada	-	-	209,620,701	209,620,701	209,328,585
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6,799,036,709</b>	<b>6,799,036,709</b>	<b>5,890,911,772</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>					
<b>Activos financeiros</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	972,381,863	-	-	972,381,863	961,667,287
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	-	-	264,518,987	247,505,474
Activos financeiros	-	6,327,465	-	6,327,465	5,920,490
Crédito a clientes	9,670,561,217	-	-	9,670,561,217	8,218,686,908
Outros activos	179,483,399	-	-	179,483,399	173,615,407
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>11,086,945,466</b>	<b>6,327,465</b>	<b>-</b>	<b>11,093,272,931</b>	<b>9,607,395,566</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Depósitos de clientes	-	-	2,945,679,055	2,945,679,055	2,307,133,791
Empréstimos de outros bancos	-	-	1,068,051,092	1,068,051,092	907,831,400
Outros passivos	-	-	363,517,451	363,517,451	354,447,849
Acções preferenciais	-	-	1,332,804,545	1,332,804,545	1,229,466,845
Dívida subordinada	-	-	49,727,486	49,727,486	49,671,778
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,759,779,629</b>	<b>5,759,779,629</b>	<b>4,848,551,662</b>

### c) Justo valor dos instrumentos financeiros

#### Determinação do justo valor e hierarquia do justo valor

O Banco usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o justo valor de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- **Nível 1** — Preços de mercado cotado (não ajustado) em mercados activos para um instrumento idêntico;
- **Nível 2** — Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços).

Esta categoria inclui os instrumentos valorizados com uma utilização de preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares, os preços cotados para instrumentos idênticos ou similares

em mercados considerados menos activos e outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado; e

- **Nível 3** — Técnicas de valorização utilizando inputs significativos não observáveis. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento.

Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor das notas e títulos cotados é baseado nas cotações de preços na data do

relatório. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros, é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando as taxas atualmente disponíveis para dívidas em termos semelhantes, risco de crédito e maturidades remanescentes.

A 31 de Dezembro de 2022, o Banco não detinha instrumentos financeiros ao Justo Valor.

A tabela a seguir mostra uma análise por nível da hierarquia de justo valor:

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	652,614,638	-	652,614,638
Disponibilidades em outros bancos	-	424,561,715	-	424,561,715
Activos financeiros	-	-	5,796,149	5,796,149
Crédito a clientes	-	-	8,261,959,721	8,261,959,721
	-	<b>1,077,176,353</b>	<b>8,267,755,870</b>	<b>9,344,932,223</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Depósitos de clientes	-	2,320,882,176	-	2,320,882,176
Empréstimos obtidos	-	1,061,402,413	-	1,061,402,413
Acções preferenciais	-	-	1,359,768,450	1,359,768,450
	-	<b>3,382,284,589</b>	<b>1,359,768,450</b>	<b>4,742,053,039</b>
<b>2021</b>				
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	961,667,287	-	961,667,287
Disponibilidades em outros bancos	-	247,505,474	-	247,505,474
Activos financeiros	-	-	5,920,490	5,920,490
Crédito a clientes	-	-	8,218,686,908	8,218,686,908
	-	<b>1,209,172,761</b>	<b>8,224,607,398</b>	<b>9,433,780,159</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Depósitos de clientes	-	2,506,606,376	-	2,506,606,376
Empréstimos obtidos	-	908,851,109	-	908,851,109
Acções preferenciais	-	-	1,229,466,845	1,229,466,845
	-	<b>3,415,457,485</b>	<b>1,229,466,845</b>	<b>4,644,924,330</b>

	2022	Nível 3	2021
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada
<b>Activos financeiros</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	662,208,073	652,614,638	972,381,863
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	424,561,715	264,518,987
Activos financeiros	6,327,465	5,796,149	6,327,465
Crédito a clientes	10,206,210,136	8,261,959,721	9,670,561,217
	<b>11,338,225,666</b>	<b>9,344,932,223</b>	<b>10,913,789,532</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Depósitos de clientes	2,837,030,055	2,320,882,176	2,945,679,055
Empréstimos obtidos	1,297,450,847	1,061,402,413	1,068,051,092
Acções preferenciais	1,503,385,586	1,359,768,450	1,229,466,845
	<b>5,637,866,488</b>	<b>4,742,053,039</b>	<b>5,346,534,692</b>
	<b>5,700,359,178</b>	<b>4,602,879,184</b>	<b>5,567,254,840</b>

A gestão considera que o justo valor das rubricas de Caixa e disponibilidade com o Banco Central e as dívidas com bancos se aproximam do seu valor contabilístico, em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é incluído pelo valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, que não seja em uma venda forçada ou de liquidação.

Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar os justos valores:

- O justo valor de todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado é apurado pelo método de fluxos de caixa descontados.

- Activos financeiros são descontados pela taxa de Bilhetes do Tesouro a 17,67%

- Passivos financeiros são descontados pelo spread de crédito (FPC) - 20,25%.

#### d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Banco se um cliente ou contraparte num instrumento financeiro falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais e resulta principalmente do crédito a clientes do Banco.

Para os efeitos dos relatórios de gestão de

risco, o Banco considera e consolida todos os elementos da exposição ao risco de crédito (como sejam o risco de incumprimento pelos devedores, o risco do sector e o risco do país).

A concessão de empréstimos não garantidos a indivíduos formalmente empregados é o principal aspecto do negócio do Banco. Contudo, a exposição ao risco de crédito e a gestão deste risco é fundamental para o Conselho de Administração.

O modelo que o Banco usa para mitigar este risco são os acordos com os empregadores, com base nos quais o empregador deduz o pagamento mensal do empréstimo directamente do salário do funcionário. Este modelo de "código de dedução de salário" é usado exclusivamente pelo Banco.

#### Gestão de risco de crédito

Como referido acima, a actividade principal do Banco é a concessão de empréstimos sem garantia para pessoas formalmente empregadas. O Conselho de Administração delegou a responsabilidade de supervisão do risco de crédito ao Administrador Delegado e ao Departamento de Crédito.

No entanto, esta supervisão deve ser vista à luz da estrutura geral de uso exclusivo dos "códigos de dedução de salário" como mecanismo de reembolso do empréstimo.

É da responsabilidade do Administrador

Delegado garantir que as políticas do Banco relativas ao risco de crédito, capacidade financeira, salários líquidos mínimos e aderência aos níveis ou legislação sobre o pagamento dos salários líquidos sejam cumpridas com carácter permanente.

O Banco assegura que estes procedimentos são realizados como parte do processo de pedido de empréstimo e desembolso, seguindo-se a monitorização do desempenho da carteira de crédito pelo departamento de crédito com a assistência da Letshego Holdings Limited. O departamento de crédito, reportando ao Administrador Delegado e apoiado pela Letshego Holdings Limited, é responsável pela gestão de risco de crédito do Banco.

O Letshego tem uma apólice de seguro de crédito para a cobertura de qualquer risco potencial de crédito da carteira de crédito.

Uma taxa pré-determinada, aplicada a todos os empréstimos, é cobrada em cada parcela recebida de clientes e entregue à seguradora. A seguradora indemniza o Banco pela falta de pagamento das dívidas dos clientes do Banco quando da impossibilidade de estes honrarem os termos de contractos de empréstimo.

Os seguintes riscos estão cobertos ao abrigo deste seguro: morte, invalidez, dívidas, fraude, devedor em incumprimento. A seguradora recebe mensalmente o prémio total retido e administra a carteira de investimento afecta, do qual se deduzem as taxas de administração e de licença e os custos fiscais. Ver a nota 13 destas demonstrações financeiras relativa a estes créditos.

#### Processo de pedido de empréstimo

O empregador participante não garante os empréstimos dos funcionários e só é obrigado a reter as prestações mensais a pagar do salário do empregado antes do salário ser pago na conta bancária do empregado.

As deduções são subsequentemente pagas ao Banco Letshego, directamente e numa base mensal, pelo empregador participante. Os recursos do empréstimo são electronicamente transferidos para a conta bancária do empregado para eliminar o risco de levar dinheiro em mão.

Os empréstimos são concedidos apenas aos empregados que são capazes de apresentar o extracto bancário dos últimos dois meses de salário e que tenham uma conta bancária activa. Este é um pré-requisito uma vez que os empréstimos não são pagos em numerário.

Os principais critérios considerados pelo Banco são a capacidade do candidato de cumprir com os seus compromissos financeiros e de permanecer com fundos suficientes para financiar as necessidades domésticas face ao empréstimo.

O Banco aplica esses critérios a todos os clientes e estes são complementares às exigências regulamentares.

Os clientes do Banco são os funcionários dos empregadores participantes. Sempre que um empregador não é um empregador participante,

o Banco Letshego formaliza a relação com esse empregador e obtém uma autorização de dedução que permite efectuar a dedução mensal no salário mensal dos funcionários.

Todos os empréstimos são reembolsáveis em parcelas iguais e mensais que são recebidas através da autorização da dedução ao salário (código de dedução de salário) concedida pelo empregador participante, ou seja, uma retenção na fonte.

#### Monitorização de cobranças mensais

Quando um cliente não tem fundos suficientes do seu salário líquido para satisfazer a prestação mensal do empréstimo, as razões para tal são imediatamente identificadas. Se o cliente não é mais funcionário do empregador, os esforços de recuperação são iniciados.

Se o cliente tiver mudado de emprego, para um empregador não participante, com o qual o Banco não tenha um "código de dedução", os mandatos de débito directo pré-autorizados são utilizados para recuperar os pagamentos de empréstimos através da conta bancária do cliente.

Se um cliente auffer um salário reduzido, por exemplo quando se trata de licença de estudo ou licença de maternidade, as amortizações dos empréstimos são reprogramadas para recomeçarem assim que o cliente retorne ao salário integral.

Acompanhamento de empréstimos vencidos Para os empréstimos que vencem, o departamento de crédito segue os procedimentos de recuperação estabelecidos. Tratam-se, em certos casos, da nomeação de agentes legais para garantir julgamentos de dívida.

#### Aprovação de novos empregadores

Todos os novos empregadores estão sujeitos a alguns critérios de avaliação definidos antes dos acordos do código de dedução. A aprovação é feita por um subcomité da Letshego Holdings Limited.

#### Transacções não envolvendo numerário

Os desembolsos dos empréstimos são realizados electronicamente e os fundos são depositados directamente nas contas bancárias dos clientes. Reduz-se, assim, o risco de fraude e a complexidade do processo. Devido a esta metodologia apenas os clientes com contas bancárias podem ser aceites.

As auditorias regulares das unidades de negócio e processos de crédito são realizadas pelo Departamento de Gestão de Risco e Conformidade da Letshego Holdings Limited para garantir a conformidade com processos e procedimentos internos e requisitos regulamentares aplicáveis.

#### Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activo financeiro

Para os activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contabilístico. A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, antes de se considerar qualquer garantia recebida e outros factores de redução

	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Exposição ao risco de crédito</b>		
Disponibilidades em bancos centrais	654,882,492	386,161,370
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	264,518,987
Activos financeiros	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	10,206,210,136	9,670,561,217
Activos por imposto	36,150,095	20,387,284
Outros activos	296,041,973	179,483,399
<b>Total de activos sujeitos a risco de crédito</b>	<b>11,663,092,153</b>	<b>10,086,357,413</b>
Activos não sujeitos a risco de crédito	195,501,110	174,729,542

Para efeitos de reporte da qualidade de crédito da carteira, os activos financeiros foram

analizados conforme segue:

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>				
Disponibilidades em bancos centrais	654,882,492	-	-	654,882,492
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	-	-	463,479,992
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,409,584,874	1,346,641,032	727,925,540	10,484,151,447
Outros activos	296,041,973	-	-	296,041,973
<b>Total de activos sujeitos a risco de crédito</b>	<b>9,830,316,796</b>	<b>1,346,641,032</b>	<b>727,925,540</b>	<b>11,904,883,369</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>				
Disponibilidades em bancos centrais	966,781,430	-	-	966,781,430
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	-	-	264,518,987
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,801,723,217	478,820,236	495,190,396	9,775,733,848
Outros activos	179,483,399	-	-	179,483,399
<b>Total de activos sujeitos a risco de crédito</b>	<b>10,218,834,498</b>	<b>478,820,236</b>	<b>495,190,396</b>	<b>11,192,845,129</b>

Abaixo a análise do valor contabilístico bruto dos activos financeiros:

### Crédito líquido de imparidade

A imparidade de empréstimos e títulos é

relativa a empréstimos e adiantamentos em que o Banco determina que é provável que não seja cobrado todo o capital e juros devidos de acordo com os termos contratuais do empréstimo.

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>				
Disponibilidades em bancos centrais	654,882,492	-	-	654,882,492
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	-	-	463,479,992
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,245,081,355	1,309,705,310	651,423,472	10,206,210,136
Outros activos	296,041,973	-	-	296,041,973
<b>Total de activos sujeitos a risco de crédito</b>	<b>9,665,813,277</b>	<b>1,309,705,310</b>	<b>651,423,472</b>	<b>11,626,942,058</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>				
Disponibilidades em bancos centrais	966,781,430	-	-	966,781,430
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	-	-	264,518,987
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,748,520,137	471,739,090	450,301,990	9,670,561,217
Outros activos	179,483,399	-	-	179,483,399
<b>Total de activos sujeitos a risco de crédito</b>	<b>10,165,631,419</b>	<b>471,739,090</b>	<b>450,301,990</b>	<b>11,087,672,498</b>

### Empréstimos com condições renegociadas

Aplica-se quando o empregador não efectua uma dedução do empréstimo por falha não imputável ao cliente. Nestes casos, os empréstimos são reestruturados para reposicionar o empréstimo e não penalizar o cliente. O número e o valor destes empréstimos foram nulo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, tal como já o tinha sido em 2021.

### Imparidade: IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A introdução dos requisitos de imparidade da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, implementada em 1 de Janeiro de 2018, exige que as provisões para perdas por imparidade sejam consideradas numa base mais prospectiva e num âmbito mais amplo de instrumentos financeiros do que o previsto na IAS 39, com impacto significativo na situação financeira do Letshego Moçambique. A medição envolve um aumento da complexidade do julgamento e a revisão dos perfis de risco.

A abordagem seguida pelo Banco é descrita abaixo:

### Etapas gerais consideradas pelo Banco na aplicação da IFRS 9

As etapas a seguir ilustram as etapas gerais que o Letshego considerou ao implementar o IFRS 9.

1. Estabelecer a definição apropriada de incumprimento
2. Determinar o nível de avaliação (avaliação individual versus colectiva)
3. Determinar indicadores / medidas de aumento significativo no risco de crédito
4. Definir os limites para aumento significativo do risco de crédito
5. Determinar se o "baixo risco de crédito" será aplicado a determinados empréstimos
6. Identificar informações prospectivas relevantes e factores macroeconómicos
7. Identificar fontes apropriadas de informação prospectiva relevante e factores macroeconómicos

8. Incorporar informações prospectivas e vários cenários para avaliação de empréstimos em preparação

9. Stage de empréstimos com base na avaliação prospectiva do aumento significativo do risco de crédito

10. Determinar o método a ser usado para medir as perdas de crédito esperadas

11. Determinar o período de estimativa - tempo de vida esperado do instrumento financeiro

12. Estabelecer a probabilidade de incumprimentos (PD) para créditos nas fases 1 e 2

13. Calcular a Exposição em incumprimento (Exposure at Default - EAD)

14. Identificar garantias relevantes e melhorias de crédito

15. Desenvolver cálculos para o Loss Given Default (incorporando garantias e reforços de crédito);

16. Considerar o valor do dinheiro no tempo e calcular as perdas de crédito esperadas;

17. Identificar as modificações que ocorreram durante o período e determinar se cada modificação origina ou não um desconhecimento;

18. Calcular as alterações nos ganhos ou perdas e nos empréstimos;

19. Estabelecer e documentar os processos apropriados, governação e controlos internos para estimar as perdas esperadas de crédito.

As exigências de imparidade são complexas e exigem julgamentos, estimativas e premissas da Administração. Os principais conceitos e julgamentos levados em consideração são os seguintes.

Determinação de um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial A IFRS 9 requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas em 12 meses, i.e. a parcela das perdas de crédito que se espera

que ocorram durante os próximos 12 meses e que respeitam a todo o período do crédito se o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (fase 1); perdas de crédito esperadas lifetime para instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial (fase 2) ou que estão em incumprimento

(fase 3).

O Banco avalia quando ocorreu um aumento significativo no risco de crédito com base em elementos quantitativos e qualitativos.

Os requisitos da IFRS 9 para o escalonamento de empréstimos são resumidos nos dois diagramas abaixo (versão Inglesa da Norma):

Diagrama 1

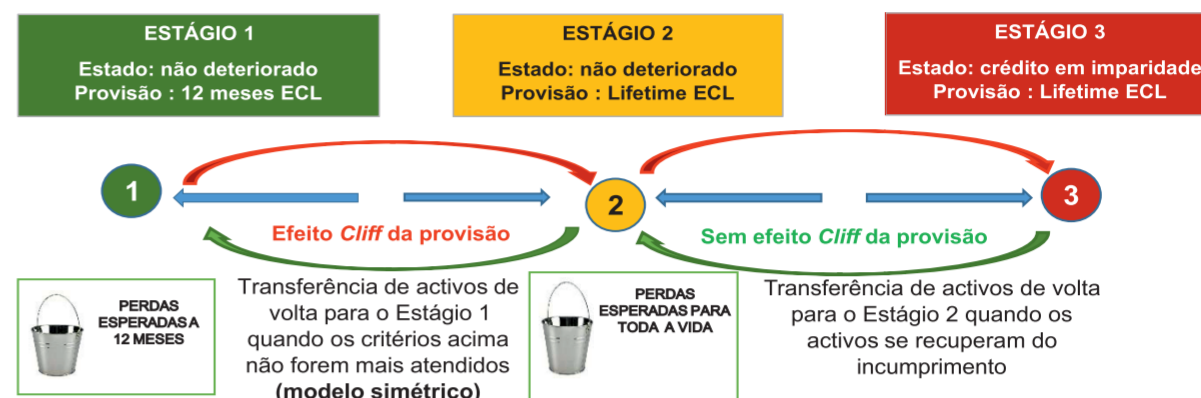
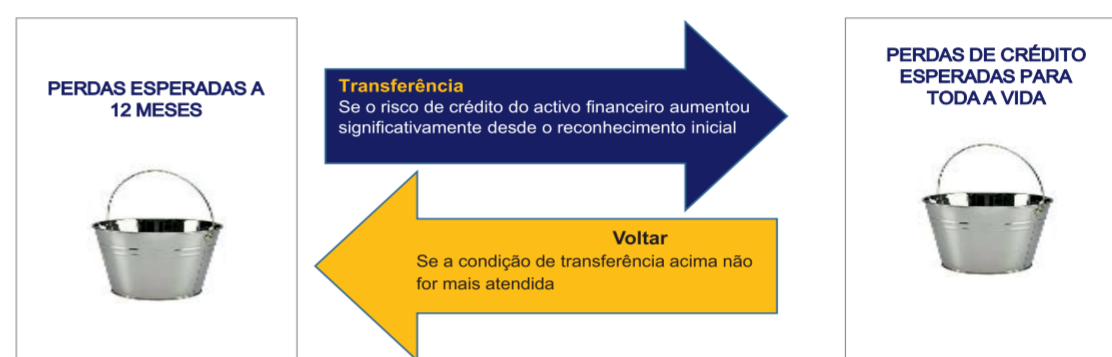


Diagrama 2



### Elementos quantitativos

Com o uso de um scorecard interno, ou processo de classificação do risco, o Letshego pode avaliar os aumentos significativos no risco de crédito nos seus portfólios financeiros e microfinanceiros. Isto envolve a definição de limites para determinar o que constitui um aumento significativo no risco de crédito à medida que um empréstimo se move ao longo da escala de classificação. Com o scorecard ou a classificação de risco desenvolvida, o Banco pode então determinar a probabilidade de incumprimento (PD) associada a essas classificações.

Dois tipos de PDs são considerados na IFRS 9:

- PDs de doze meses - Esta é a probabilidade estimada de ocorrência de um incumprimento durante os próximos 12 meses (ou sobre a vida remanescente do instrumento financeiro se for inferior a 12 meses), usada para calcular o ECL de 12 meses aplicável aos instrumentos financeiros no Stage 1.

- PD Lifetime - trata-se da probabilidade estimada de ocorrência de um incumprimento durante a vida restante do instrumento financeiro, usada para fins de avaliação do Stage e também para calcular as ECLs lifetime para as exposições do Stage 2 e Stage 3.

### Elementos qualitativos

Contas que atendem aos critérios de "alto risco" do portfólio e estão sujeitas a um monitoramento mais próximo do crédito.

### Crítérios de Backstop

Contas com 30 ou mais dias de atraso. Os 30 dias de atraso devem ser tratados como um backstop, em vez de um dos principais impulsores das exposições em movimento para o Stage 2.

As exposições voltam ao Stage 1 quando deixam de se enquadrar nos critérios que definem o aumento significativo no risco de crédito e quando são cumpridos os critérios de cura usados para gerir o risco de crédito, sujeitas à actualização de todos os pagamentos e a evidência, por parte do cliente, da capacidade e vontade de efectuar os pagamentos futuros.

### Informação prospectiva (Forward-looking)

A IFRS 9 é uma medida ponderada de probabilidade imparcial, que é determinada pela avaliação de uma gama de resultados possíveis, usando informações razoáveis e

suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço na data de relato sobre eventos passados, condições actuais e previsões de condições económicas futuras. A IFRS 9 requer o uso de factores prospectivos, ou indicadores preditivos, no cálculo da ECL, incluindo a avaliação dos Stages.

As informações prospectivas envolvem, por inerência, o julgamento do Conselho de Administração na determinação de elementos essenciais, tais como os factores macroeconómicos que afectam os factores de risco PD, LGD e EAD de um empréstimo, a categoria de rating ou da carteira, conforme o caso, a previsão dos valores desses factores de risco durante um, dois ou mais anos, em função do prazo da carteira.

As fontes das informações prospectivas variam de país para país e todos os factores macroeconómicos utilizados serão aprovados a alto nível, pelo comité de crédito, baseado também nos exercícios de correlação realizados.

### Definição de incumprimento, activos com perda de crédito, baixas e reconhecimento de receita de juros

O incumprimento não é definido na IFRS 9. O Banco é responsável por esta definição e deve basear-se na sua própria definição usada na gestão interna de riscos do Banco.

A consideração cuidadosa de como o incumprimento é definido é importante uma vez que afecta o cálculo de PDs, LGDs e EADs que têm impacto nos resultados da ECL.

A definição mais simples é a de não cumprir um pagamento programado de capital ou juros, no entanto, essa definição tem modificações dependentes do tipo de produto ou empréstimo.

A definição de incumprimento deve ser consistente com a utilizada para fins internos de gestão de risco de crédito para instrumentos financeiros relevantes e devem-se considerar indicadores qualitativos, como por exemplo, a violação de compromissos, quando apropriado.

A incapacidade de pagar também pode ser considerada na avaliação qualitativa do incumprimento.

Para efeitos da divulgação do Banco sobre a qualidade do crédito, os activos financeiros foram analisados da seguinte forma:

2022				
Grau de classificação	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>Vincendo</b>				
High grade	152,813,269	4,510,106	-	157,323,374
Standard grade	11,690,248	8,346,256	-	20,036,505
Sub-standard grade	-	17,433,180	-	17,433,180
Vencido mas sem imparidade	-	6,646,180	-	6,646,180
<b>Vincendo</b>				
Com imparidade individual (100%)	-	-	76,502,069	76,502,069
	<b>164,503,517</b>	<b>36,935,723</b>	<b>76,502,069</b>	<b>277,941,309</b>

2021				
Grau de classificação	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>Vincendo</b>				
High grade	49,197,864	232,728	-	49,430,592
Standard grade	4,005,215	395,730	-	4,400,944
Sub-standard grade	-	3,492,678	-	3,492,678
Vencido mas sem imparidade	-	2,960,009	-	2,960,009
<b>Vincendo</b>				
Com imparidade individual (100%)	-	-	44,888,406	44,888,406
	<b>53,203,079</b>	<b>7,081,146</b>	<b>44,888,406</b>	<b>105,172,631</b>

**Desconto**

As perdas de crédito esperadas são descontadas à taxa de juro efectiva (EIR) no reconhecimento inicial, ou aproximada, e de forma consistente com o reconhecimento do proveito.

Para os compromissos de empréstimo, a EIR é a taxa que se espera aplicar quando o empréstimo é usado e o activo financeiro é reconhecido.

**Técnicas de modelagem**

As perdas de crédito esperadas (ECL) são calculadas pela multiplicação de três componentes principais, a PD, LGD e EAD, descontadas à taxa de juros efectiva original. Para a avaliação de imparidade nos termos da IFRS 9, os Modelos de Imparidade de Moçambique são utilizados para determinar a PD, a LGD e EAD. Para os Stages 2 e 3, o Banco aplica PDs ao longo da vida esperada da operação, e para o Stage 1 usa PDs de 12 meses. As ECLs da PD, EAD e LGD são modelados a um nível que considera a antiguidade entre outros factores de crédito.

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito baseia-se na curva PD inicial, que considera os diferentes riscos de crédito ao longo do tempo.

	Governo	Banca	Comércio	Outros	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>31 de Dezembro de 2022</b>					
Caixa e disponibilidades no banco central	654,882,492	-	-	7,325,581	662,208,073
Disponibilidades em outros bancos	-	463,479,992	-	-	463,479,992
Activos financeiros	-	-	6,327,465	-	6,327,465
Crédito a clientes	-	-	-	10,206,210,136	10,206,210,136
Outros activos	-	-	294,093,132	1,948,841	296,041,973
<b>Activos sujeitos ao risco de crédito</b>	<b>654,882,492</b>	<b>463,479,992</b>	<b>300,420,597</b>	<b>10,215,484,558</b>	<b>11,634,267,639</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>					
Caixa e disponibilidades no banco central	966,781,430	-	-	5,600,433	972,381,863
Disponibilidades em outros bancos	-	264,518,987	-	-	264,518,987
Activos financeiros	-	-	6,327,465	-	6,327,465
Crédito a clientes	-	-	-	9,670,561,217	9,670,561,217
Outros activos	-	-	173,659,643	5,823,756	179,483,399
<b>Activos sujeitos ao risco de crédito</b>	<b>966,781,430</b>	<b>264,518,987</b>	<b>179,987,108</b>	<b>9,681,985,406</b>	<b>11,093,272,931</b>

**e) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro e taxas de câmbio, virem a afectar o justo valor ou fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros.

O risco de mercado resulta de posições abertas, taxas de juro, moeda estrangeira, ambas expostas a movimentações gerais e específicas de mercado gerais e a alterações no nível de volatilidade financeira.

O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, optimizando, ao mesmo tempo, o retorno sobre o risco.

**Gestão do risco de mercado**

A responsabilidade geral pela gestão do risco de mercado recai sobre a gestão do Banco

**Renegociação de empréstimos**

Os activos reestruturados em cumprimento ou em incumprimento são classificados no Stage 3, excepto quando se conclui que a concessão dada não originou uma diminuição da obrigação financeira, e que não se identificou nenhum outro elemento que integra a definição regulatória de incumprimento, caso em que o activo é classificado como estando no Stage 2.

O período mínimo de Stage para passar para o estado de cura é de 6 meses.

**Concentração do risco de crédito**

Existe uma concentração de risco de crédito quando várias contrapartes estão envolvidas em actividades semelhantes e têm características económicas semelhantes que fariam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais fosse afectada de forma semelhante por mudanças nas condições económicas ou outras.

As concentrações de exposição de crédito descritas a seguir não estão proporcionalmente relacionadas à perda de crédito.

Alguns segmentos da carteira do Banco têm e devem ter encargos de crédito proporcionalmente mais elevados em relação à exposição do que outros.

A regulamentação estabelece que o risco cambial não deve ultrapassar 10% e a exposição do banco é significativamente inferior a esse limite.

A tabela a seguir resume a exposição do Banco ao risco cambial, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021.

	2022			2021		
	MZN	USD	USD	MZN	USD	USD
<b>Activos financeiros</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	662,002,564	205,509	662,208,073	972,227,155	154,708	972,381,863
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	-	463,479,992	264,518,987	-	264,518,987
<b>Activos financeiros</b>	<b>6,327,465</b>	<b>-</b>	<b>6,327,465</b>	<b>6,327,465</b>	<b>-</b>	<b>6,327,465</b>
Crédito a clientes	10,206,210,136	-	10,206,210,136	9,670,561,217	-	9,670,561,217
Outros activos	296,041,973	-	296,041,973	179,483,399	-	179,483,399
<b>Total de activos financeiros sujeitos a risco cambial</b>	<b>11,634,062,130</b>	<b>205,509</b>	<b>11,634,267,639</b>	<b>11,093,118,223</b>	<b>154,708</b>	<b>11,093,272,931</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Deepósitos de clientes	2,837,030,055	-	2,837,030,055	2,945,679,055	-	2,945,679,055
Empréstimos de outros bancos	1,297,450,847	-	1,297,450,847	1,068,051,092	-	1,068,051,092
Outros passivos	951,549,520	-	951,549,520	363,517,451	-	363,517,451
Acções preferenciais	1,503,385,586	-	1,503,385,586	1,332,804,545	-	1,332,804,545
Dívida subordinada	209,620,701	-	209,620,701	49,727,486	-	49,727,486
<b>Total de activos financeiros sujeitos a risco cambial</b>	<b>6,799,036,709</b>	<b>-</b>	<b>6,799,036,709</b>	<b>5,759,779,629</b>	<b>-</b>	<b>5,759,779,629</b>
<b>% de exposição ao risco cambial</b>	<b>4,835,025,421</b>	<b>205,509</b>	<b>4,835,230,930</b>	<b>5,333,338,594</b>	<b>154,708</b>	<b>5,333,493,302</b>
	0.00%			0.00%		

**Risco de taxa de juro** - é o risco de flutuação dos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de juro mercado, com impacto negativo na posição financeira do Banco.

de liquidez são investidos em moldes que assegurem níveis máximos de retorno com risco mínimo. No geral, os juros de adiantamentos a clientes são fixos enquanto que os juros de empréstimos são variáveis.

A exposição ao risco de taxa de juro que está associada aos efeitos das flutuações nas taxas de mercado tem impacto na posição financeira e nos fluxos de caixa e os excedentes de caixa são geridos para assegurar que os excessos

A tabela abaixo resume a exposição ao risco da taxa de juro através do agrupamento de activos e passivos categorizados pela primeira data da re-fixação contratual de juros ou maturidade.

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>31 de Dezembro de 2022</b>						
<b>Activos financeiros</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	654,882,492	-	-	-	7,325,581	662,208,073
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	-	-	-	-	463,479,992
<b>Activos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6,327,465</b>	<b>6,327,465</b>
Crédito a clientes	-	-	-	-	10,206,210,136	10,206,210,136
Outros activos	-	-	-	-	296,041,973	296,041,973
<b>Total de activos financeiros sujeitos a risco da taxa de juro</b>	<b>1,118,362,484</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10,515,905,155</b>	<b>11,634,267,639</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Deepósitos de clientes	-	-	-	-	2,837,030,055	2,837,030,055
Empréstimos de outros bancos	1,297,450,847	-	-	-	-	1,297,450,847
Outros passivos	-	-	-	-	951,549,520	951,549,520
Acções preferenciais	1,503,385,586	-	-	-	-	1,503,385,586
Dívida subordinada	209,620,701	-	-	-	-	209,620,701
<b>Total de passivos financeiros sujeitos a risco da taxa de juro</b>	<b>3,010,457,134</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3,788,579,575</b>	<b>6,799,036,709</b>
<b>Gap da taxa de juro</b>	<b>(1,892,094,650)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6,727,325,580</b>	<b>4,835,230,930</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>						
<b>Activos financeiros</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	966,781,430	-	-	-	5,600,433	972,381,863
Disponibilidades em outros bancos	264,518,987	-	-	-	-	264,518,987
<b>Activos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6,327,465</b>	<b>6,327,465</b>
Crédito a clientes	-	-	-	-	9,670,561,217	9,670,561,217
Outros activos	-	-	-	-	179,483,399	179,483,399
<b>Total de activos financeiros sujeitos a risco da taxa de juro</b>	<b>1,231,300,417</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9,861,972,514</b>	<b>11,093,272,931</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Deepósitos de clientes	-	-	-	-	2,945,679,055	2,945,679,055
Empréstimos de outros bancos	1,068,051,092	-	-	-	-	1,068,051,092
Outros passivos	-	-	-	-	363,517,451	363,517,451
Acções preferenciais	1,332,804,545	-	-	-	-	1,332,804,545
Dívida subordinada	49,727,486	-	-	-	-	49,727,486
<b>Total de passivos financeiros sujeitos a risco da taxa de juro</b>	<b>2,450,583,123</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3,309,196,506</b>	<b>5,759,779,629</b>
<b>Gap da taxa de juro</b>	<b>(1,219,282,706)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6,552,776,008</b>	<b>5,333,493,302</b>

Sensibilidade a alterações nas taxas de juro sobre o financiamento recebido:

	2022	2021
	MZN	MZN
Custo médio de financiamento	16.27%	16.75%
Impacto de um aumento de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	(54,922,006)	(50,088,158)
Impacto de uma redução de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	54,922,006	50,088,158

**f) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco de que as operações não possam ser financiadas, e os compromissos financeiros não possam ser satisfeitos atempadamente, com uma boa relação custo-eficácia. O risco resulta quer da diferença entre os activos e passivos quer da

desproporção dos seus vencimentos. A gestão de risco de liquidez lida com o perfil global do Balanço, os requisitos de financiamento do Banco e os fluxos de caixa. Ao quantificar o risco de liquidez, são feitas simulações das projecções dos fluxos de caixa futuros e são postas em prática as acções necessárias para

garantir que todos os compromissos de fluxos de caixa futuros do Banco são cumpridos com recurso a fundos gerados pelo Banco e a linhas de financiamento disponíveis noutras instituições financeiras.

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa a pagar pelo Banco de acordo com as maturidades contratuais remanescentes à data de balanço. Os valores reportados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>31 de Dezembro de 2022</b>						
<b>Passivos financeiros</b>						
Depósitos de clientes	1,010,712,765	136,021,320	1,623,660,711	66,635,259	-	2,837,030,055
Empréstimos de outros bancos	-	-	-	1,297,450,847	-	1,297,450,847
Passivos de locação	-	-	8,916,526	83,896,241	-	92,812,767
Outros passivos	338,253,617	520,483,136	-	-	-	858,736,753
Acções preferenciais	-	-	519,415,576	983,970,010	-	1,503,385,586
Dívida subordinada	209,620,701	-	-	-	-	209,620,701
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>1,558,587,083</b>	<b>656,504,456</b>	<b>2,151,992,813</b>	<b>2,431,952,357</b>	<b>-</b>	<b>6,799,036,709</b>
<b>Activos para gestão de riscos de liquidez</b>	<b>1,435,196,680</b>	<b>41,703,102</b>	<b>343,942,839</b>	<b>7,114,454,804</b>	<b>2,698,970,215</b>	<b>11,634,267,639</b>
<b>31 de Dezembro de 2021</b>						
<b>Passivos financeiros</b>						
Depósitos de clientes	1,119,361,765	136,021,320	1,623,660,711	66,635,259	-	2,945,679,055
Empréstimos de outros bancos	-	-	-	1,068,051,092	-	1,068,051,092
Passivos de locação	-	-	8,916,526	73,451,056	-	82,367,582
Outros passivos	267,627,431	13,522,438	-	-	-	281,149,869
Acções preferenciais	348,834,535	-	-	983,970,010	-	1,332,804,545
Dívida subordinada	49,727,486	-	-	-	-	49,727,486
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>1,785,551,217</b>	<b>149,543,758</b>	<b>1,632,577,237</b>	<b>2,192,107,417</b>	<b>-</b>	<b>5,759,779,629</b>
<b>Activos para gestão de riscos de liquidez</b>	<b>1,420,916,038</b>	<b>35,305,670</b>	<b>310,238,565</b>	<b>6,673,398,530</b>	<b>2,653,414,128</b>	<b>11,093,272,931</b>

O quadro acima mostra os fluxos de caixa não contabilizados sobre as responsabilidades financeiras do Banco e os compromissos de empréstimos não reconhecidos com base na sua maturidade contratual o mais cedo possível.

Os fluxos de caixa esperados do Banco nestes instrumentos podem variar a partir desta análise. Por exemplo, reuniões e atualizações regulares são fornecidas aos financiadores do Banco, de modo a garantir que as instalações e linhas de crédito permanecem abertas e não se espera que todos os compromissos de empréstimos não reconhecidos sejam imediatamente reduzidos.

### g) Risco Operacional

O risco operacional é o risco das perdas directas e indirectas resultarem de várias causas associadas aos processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Banco, e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os que resultam de exigências legais e regulamentares e de normas de comportamento empresarial geralmente aceites.

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de forma a equilibrar as perdas financeiras e os danos à reputação do Banco com eficiência de custos e evitar procedimentos de controlo que restrinjam as iniciativas e a criatividade.

A principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controlos para abordar o risco operacional é atribuída à gestão.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de normas globais do Banco para a gestão do risco operacional nas seguintes áreas que estão incluídas no departamento de Conformidade e Risco do Grupo:

- requisitos para a segregação de funções apropriada, incluindo a autorização independente das transacções;
- requisitos para a reconciliação e monitorização das transacções;
- cumprimento dos regulamentos e outros requisitos legais;
- documentação de controlos e procedimentos;
- requisitos para a avaliação periódica dos riscos operacionais enfrentados e adequação dos controlos e procedimentos para mitigar os riscos identificados;
- requisitos para relato de perdas operacionais e elaboração de propostas de acções de remediação;

- desenvolvimento de planos de contingência;
- formação e desenvolvimento profissional;
- normas de ética e de negócio; e
- mitigação do risco, incluindo seguro, onde o mesmo for eficaz.

O cumprimento das normas do Banco é suportado por um programa de revisões periódicas levadas a cabo pelo departamento de Conformidade e Risco do Grupo.

Os resultados das revisões de Auditoria Interna são discutidos com a gestão, com sumários submetidos à Auditoria do Grupo e Comité de Risco do Grupo e revisões periódicas posteriores para garantir a resolução das mesmas.

### h) Gestão do Capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo do que o conceito de capital próprio no balanço, são:

- cumprir os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique;
- salvaguardar a capacidade do Banco, em termos de continuidade das suas operações, para que possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas;
- manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

O rácio de adequação de capital e uso de capital regulamentar são monitorizados mensalmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas baseadas nas orientações do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique numa base mensal.

O Banco é obrigado a manter um rácio de capital mínimo igual a 12% dos seus fundos próprios que é composto por: prémios de emissão, lucros acumulados e reservas legais aprovadas, diferença entre as provisões calculadas segundo as IFRS e as calculadas para efeitos regulatórios e os resultados acumulados do período.

O Banco de Moçambique exige que o Banco mantenha um rácio de capital regulamentar e activos ponderados pelo risco de valor igual ou superior a 12%, aplicando-se regras de Basileia II.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados por meio de uma hierarquia de riscos do Banco e são classificados de acordo com a natureza dos activos reflectindo, assim,

a estimativa do risco do crédito associada a cada activo e contraparte.

A tabela seguinte resume o cálculo do capital

	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Fundos próprios de base (Tier 1)</b>		
Capital social	1,700,000,010	1,700,000,010
Prémio de emissão	524,000	524,000
Reservas não distribuíveis	894,810,029	617,556,489
Resultados transitados	1,742,915,795	2,086,707,086
Menos: activos intangíveis	(26,261,042)	(32,724,878)
Menos: Insuficiência de provisões para imparidade	(800,691,843)	(676,684,133)
<b>Total fundos próprios de base (Tier 1)</b>	<b>3,511,296,949</b>	<b>3,695,378,574</b>
Acções preferenciais	703,153,007	740,193,818
Imparidade genérica de risco de crédito	1,141,558	953,199
<b>Total capital regulamentar</b>	<b>4,215,591,514</b>	<b>4,436,525,591</b>
<b>Activos ponderados por risco</b>	<b>9,451,814,515</b>	<b>8,701,099,787</b>
<b>Rácio de solvabilidade</b>	<b>44.60%</b>	<b>50.99%</b>

## 7. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

	2022	2021
	MZN	MZN
Caixa	7,325,581	5,600,433
Disponibilidades em bancos centrais	654,882,492	966,781,430
	<b>662,208,073</b>	<b>972,381,863</b>

A 31 de Dezembro de 2022, os valores em Caixa e Disponibilidades no Banco Central eram na totalidade em moeda nacional.

As disponibilidades em bancos centrais incluíam reservas obrigatórias no valor de MZN 301,366,771.

## 8. DISPONIBILIDADES EM OUTROS BANCOS

	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Moeda Nacional</b>		
Depósitos à ordem	463,274,483	264,364,279
<b>Moeda estrangeira</b>		
Depósitos à ordem	205,509	154,708
	<b>463,479,992</b>	<b>264,518,987</b>

## 9. ACTIVOS FINANCEIROS

### Activos financeiros mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas

	2022	2021
	MZN	MZN
Valor de aquisição	6,327,465	6,327,465
Impacto da avaliação ao justo valor	-	-
<b>Justo valor</b>	<b>6,327,465</b>	<b>6,327,465</b>

O Banco detém 0,5% do capital social da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), para o qual não existe um mercado activo.

A gestão considera que o custo se aproxima do justo valor e não foi identificada nenhuma situação de imparidade neste investimento.

## 10. CRÉDITOS A CLIENTES

	2022	2021
	MZN	MZN
Crédito bruto a clientes	10,484,151,447	9,775,733,848
Menos: Provisões e perdas por imparidade de crédito	(277,941,311)	(105,172,631)
	<b>10,206,210,136</b>	<b>9,670,561,217</b>

A totalidade dos clientes de crédito são funcionários do Governo de Moçambique.

Abaixo estão apresentadas algumas características da carteira de crédito a clientes:

	2022	2021
	MZN	MZN
Taxa média de juro dos créditos a clientes (anuais)	29.7%	31.9%
Taxa média de cobrança	97.2%	97.6%
Empréstimo mais alto (MZN)	2,500,000	2,500,000
Empréstimo mais baixo (MZN)	3,000	3,000
Prazo médio dos empréstimos (meses)	63	63
Número total de clientes	84,283	85,038

### 10.1 Movimento em provisões para perdas por imparidade

	2022	2021
	MZN	MZN
Saldo de abertura	105,172,631	167,026,131
Imparidade do exercício	230,599,243	13,588,009
Abates de crédito	(57,830,563)	(75,441,508)
Ajustamento do ano anterior	-	-
<b>Saldo de fecho</b>	<b>277,941,311</b>	<b>105,172,631</b>
Stage 1: Perdas esperadas em 12 meses	164,503,519	53,203,079
Stage 2: Perdas por imparidade na duração da vida do crédito (lifetime) - sem incumprimento	36,935,723	7,081,146
Stage 3: Perdas por imparidade na duração da vida do crédito (lifetime) - em incumprimento	76,502,069	44,888,406

O aumento das perdas por imparidade deve-se principalmente à deterioração da qualidade dos activos e, adicionalmente, ao crescimento da carteira de crédito.

No que diz respeito à deterioração da qualidade dos activos, a mesma impactou os parâmetros PDs, LGDs e EADs, sendo o impacto nas LGDs parcialmente mitigado pelo seguro de crédito detido pelo Banco.



	Equipamento informático	Equipamento e mobiliário de escritório	Melhorias em edifícios arrendados	Veículos	Direito de uso	Investimentos em curso	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
<b>Ao custo</b>							
1 de Janeiro de 2022	81,480,150	31,269,244	29,145,528	5,609,788	141,821,991	18,339,600	307,666,302
Adições	17,831,614	3,107,454	-	-	39,605,473	29,115,704	89,660,246
Alienações	(9,348,690)	(1,193,778)	(5,247,483)	-	(33,611,284)	-	(49,401,235)
Transferência	6,261,785	978,370	5,344,230	-	-	(12,584,385)	-
Ajustamentos/ reclassificações	-	-	-	-	-	869,387	869,387
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>96,224,859</b>	<b>34,161,290</b>	<b>29,242,275</b>	<b>5,609,788</b>	<b>147,816,180</b>	<b>35,740,307</b>	<b>348,794,700</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
1 de Janeiro de 2022	(58,365,194)	(13,559,057)	(20,896,682)	(2,223,250)	(76,217,889)	-	(171,262,071)
Depreciação do exercício	(14,497,182)	(6,308,157)	(4,431,691)	(1,402,447)	(27,740,020)	-	(54,379,496)
Alienações	3,956,293	1,193,778	-	-	33,611,284	-	38,761,354
Ajustamentos/ reclassificações	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>(68,906,083)</b>	<b>(18,673,436)</b>	<b>(25,328,372)</b>	<b>(3,625,697)</b>	<b>(70,346,625)</b>	<b>-</b>	<b>(186,880,213)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>27,318,776</b>	<b>15,487,855</b>	<b>3,913,903</b>	<b>1,984,092</b>	<b>77,469,555</b>	<b>35,740,307</b>	<b>161,914,487</b>
<b>Ao custo</b>							
1 de Janeiro de 2021	101,256,429	55,947,332	29,145,528	5,648,330	178,906,361	5,489,145	376,393,126
Adições	15,764,423	1,237,992	-	-	-	12,850,455	29,852,870
Alienações	(35,540,702)	(25,916,081)	-	(38,542)	(29,141,914)	-	(90,637,238)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos/ reclassificações	-	-	-	-	(7,942,456)	-	(7,942,456)
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>81,480,150</b>	<b>31,269,244</b>	<b>29,145,528</b>	<b>5,609,788</b>	<b>141,821,991</b>	<b>18,339,600</b>	<b>307,666,302</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
1 de Janeiro de 2021	(68,525,159)	(30,249,109)	(16,331,424)	(859,344)	(77,215,633)	-	(193,180,669)
Depreciação do exercício	(25,380,913)	(7,500,155)	(4,567,091)	(1,402,447)	(30,908,547)	-	(69,759,153)
Alienações	35,537,400	24,195,520	-	38,542	29,141,914	-	88,913,376
Ajustamentos/ reclassificações	3,479	(5,313)	1,834	-	2,764,376	-	2,764,376
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>(58,365,194)</b>	<b>(13,559,057)</b>	<b>(20,896,682)</b>	<b>(2,223,250)</b>	<b>(76,217,889)</b>	<b>-</b>	<b>(171,262,071)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>23,114,957</b>	<b>17,710,187</b>	<b>8,248,847</b>	<b>3,386,539</b>	<b>65,604,102</b>	<b>18,339,600</b>	<b>136,404,231</b>

Investimentos em Curso incluíam itens relacionados com “Softwares Desenvolvidos Internamente” que foram reclassificados para Activos Intangíveis (vide a nota 12).

### 11.1 Locações

O Banco aluga uma série de agências. Os arrendamentos têm uma duração de 1 a 5 anos.

O Banco optou por não reconhecer activos e passivos com prazo de arrendamento (de até

12 meses) e arrendamentos de baixo valor para equipamentos operacionais. Não há restrições impostas ao arrendatário aquando da assinatura dos contratos.

Os arrendamentos do Banco não são canceláveis e referem-se ao vencimento dos pagamentos futuros em 31 de Dezembro de 2022.

#### Valores reconhecidos no balanço:

	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Direito de uso</b>		
Edifícios	77,469,555	65,604,102
	<b>77,469,555</b>	<b>65,604,102</b>
<b>Passivo de locação</b>		
Corrente	27,230,406	40,888,025
Não-corrente	65,582,361	41,479,557
	<b>92,812,767</b>	<b>82,367,582</b>

#### Valores reconhecidos na demonstração do rendimento integral:

	2022	2021
	MZN	MZN
Depreciações do activo de direito de uso	27,740,020	30,908,547
Gastos de juros	13,341,245	17,989,113
	<b>41,081,265</b>	<b>48,897,660</b>

Os passivos de locação financeira encontram-se reflectidos na Nota 16 – Outros Passivos.

## 12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

	Software desenvolvido			
Ao custo	Licenças de software	Software	internamente	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2022	23,659,214	43,456,182	5,590,516	72,705,912
Adições	-	-	-	-
Alienações	(14,815,891)	(4,772,291)	-	(19,588,182)
Transferências	-	253,041	(253,041)	-
Ajustamentos/ reclassificações	-	-	(869,389)	(869,389)
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>23,659,214</b>	<b>43,456,182</b>	<b>5,590,516</b>	<b>52,248,341</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
1 de Janeiro de 2022	(20,317,863)	(19,663,171)	-	(39,981,034)
Amortizações do exercício	(1,129,324)	(4,465,123)	-	(5,594,447)
Alienações	14,815,891	4,772,291	-	19,588,182
Transferências	-	-	-	-
Ajustamentos/ reclassificações	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>(20,317,863)</b>	<b>(19,663,171)</b>	<b>-</b>	<b>(25,987,299)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>3,341,351</b>	<b>23,793,011</b>	<b>5,590,516</b>	<b>26,261,042</b>

	Software desenvolvido			Total
Ao custo	Licenças de software	Software	internamente	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2021	23,659,214	43,456,182	5,406,163	72,521,559
Adições	-	-	184,353	184,353
Alienações	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Ajustamentos/ reclassificações	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>23,659,214</b>	<b>43,456,182</b>	<b>5,406,163</b>	<b>72,705,912</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
1 de Janeiro de 2021	(18,781,422)	(14,570,635)	-	(33,352,057)
Amortizações do exercício	(1,536,441)	(5,092,536)	-	(6,628,977)
Alienações	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Ajustamentos/ reclassificações	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>(20,317,863)</b>	<b>(19,663,171)</b>	<b>-</b>	<b>(39,981,034)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>3,341,351</b>	<b>23,793,011</b>	<b>5,406,163</b>	<b>32,724,878</b>

O Software desenvolvido internamente é registado pelos custos associados aos processos de construção e desenvolvimento até o momento em que o activo esteja disponível para uso, ou seja, quando o activo estiver na localização e condição necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pela gestão.

Nesse momento, o respectivo elemento será transferido de obras em curso para uma categoria apropriada de activo imobilizado e/ou intangível e é depreciado/ amortizado ao longo da vida útil do activo.

## 13. OUTROS ACTIVOS

	2022	2021
	MZN	MZN
Pagamentos antecipados	19,665,222	9,656,926
Adiantamentos a trabalhadores	1,948,841	5,823,756
Indemnizações de seguros a receber	190,764,757	90,163,665
Partes relacionadas	4,942,525	3,116,731
Outros valores a receber	78,720,628	70,722,321
	<b>296,041,973</b>	<b>179,483,399</b>

## 14. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Os depósitos de clientes são maioritariamente compostos por contas poupança e depósitos a prazo.

	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Cientes corporativos:</b>		
- Depósitos à ordem	155,068,031	527,212,620
- Depósitos à prazo	486,816,455	690,902,456
<b>Cientes de retalho:</b>		
- Depósitos à ordem	306,320,828	321,582,625
- Depósitos à prazo	1,888,824,741	1,405,981,354
	<b>2,837,030,055</b>	<b>2,945,679,055</b>
<b>Depósitos correntes</b>	<b>461,388,859</b>	<b>1,869,270,419</b>
<b>Depósitos não-correntes</b>	<b>2,348,425,421</b>	<b>1,063,447,084</b>
	<b>2,809,814,280</b>	<b>2,932,717,503</b>
<b>Juros sobre depósitos</b>	<b>27,215,775</b>	<b>12,961,552</b>
	<b>2,837,030,055</b>	<b>2,945,679,055</b>

## 15. EMPRÉSTIMOS DE BANCOS

	2022	2021
	MZN	MZN
Bancos comerciais	1,297,450,847	1,068,051,092
Títulos	-	-
Instituições financeiras de desenvolvimento	-	-
	<b>1,297,450,847</b>	<b>1,068,051,092</b>
<b>Análise da maturidade contractada</b>		
Vencimento até 1 ano	122,705,247	225,000,000
Vencimento entre 1 e 3 anos	1,163,355,109	828,170,783
Vencimento superior a 3 anos	-	-
<b>Total de empréstimos recebidos</b>	<b>1,286,060,356</b>	<b>1,053,170,783</b>
Juros contractuais sobre empréstimos até à data do vencimento	11,390,491	14,880,309
<b>Fluxos de caixa de financiamento obtidos</b>	<b>1,297,450,847</b>	<b>1,068,051,092</b>
<b>Movimentos</b>		
Saldo no início do ano	1,068,051,092	1,035,699,692
Financiamento obtidos ao longo do ano	600,000,000	670,000,000
Reembolsos feitos durante o ano	(370,600,245)	(637,648,600)
	<b>1,297,450,847</b>	<b>1,068,051,092</b>

## 16. OUTROS PASSIVOS

	2022	2021
	MZN	MZN
Imposto de selo e retenções na fonte	93,698,268	55,299,378
Prémios de seguro de crédito	63,149,272	30,137,241
Acréscimo para bónus de funcionários	8,095,120	7,374,123
Acréscimo para incentivos aos funcionários	4,492,444	1,303,063
Acréscimo para férias de funcionários	15,904,759	36,539,706
Segurança social	1,054,152	1,003,407
Contas de compensação	72,747,943	37,578,503
Honorários de auditoria	2,614,989	4,845,252
Diferimento de rendimento de taxas	4,626,292	4,626,292
Diferimento de rendimento de comissões	25,126,787	47,988,822
Passivo de locação	92,812,767	82,367,582
Outros acréscimos	29,441,705	19,088,482
Outros valores a pagar	537,785,022	35,365,600
	<b>951,549,520</b>	<b>363,517,451</b>

O prémio para o seguro de crédito está relacionado com o plano de seguros para cobrir créditos vencidos, adoptado pelo Banco enquanto prática transversal ao Grupo Letshego.

Os fundos são provenientes das prestações mensais recebidas dos clientes de crédito e são pagos às seguradoras Sanlam e ICE Seguros, na qualidade de gestoras do plano de seguros.

O incremento de cerca de 35 milhões corresponde a entradas (créditos) nas contas bancárias de valores que à data de fecho, a gestão não tinha a indicação dos respectivos depositantes.

A rubrica de Outros valores a pagar incluía, a 31 de Dezembro de 2022, o montante de MZN 484.467.880 respeitante a dividendos declarados sobre os resultados de 2021, ainda por pagar.

## 17. ACÇÕES PREFERENCIAIS

Em 2014, o Banco emitiu 31 666 667 acções preferenciais, com um valor nominal de MZN 30 por acção, para a Letshego Holding Limited. As acções preferenciais são liquidadas ao valor nominal num período de 10 anos conta-

do desde a data de emissão. Este instrumento compreende um passivo financeiro que é mensurado ao custo.

Durante 2015, o Banco emitiu outras 36 666 667 acções preferenciais com um valor de MZN 30 cada, a favor da Letshego Holding Limited. Estas acções preferenciais são remuneradas à taxa do Banco de Moçambique adicionada de uma margem de 4%.

Durante 2016, o Banco emitiu 14 000 000 acções preferenciais adicionais com um valor de MZN 30 cada, a favor da Letshego Holding Limited, nas mesmas condições contratuais das emissões anteriores.

As acções preferenciais autorizadas com referência a 31 de Dezembro de 2016 ascendiam a 82 333 334 acções com um valor de MZN 30 por acção.

Em 2019 e 2020, o Banco Letshego, S.A. converteu 19 000 000 e 18 666 667, respectivamente, acções preferenciais em acções ordinárias, no valor de MZN 30 cada, a favor da Letshego Holdings Limited, com os mesmos termos contratuais.

	2022	2021
	MZN	MZN
Acções preferenciais em 1 de Janeiro	1,332,804,545	1,119,578,244
Juros do exercício	213,226,301	213,226,301
Juros pagos	(42,645,260)	-
	<b>1,503,385,586</b>	<b>1,332,804,545</b>

## 18. EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS

	2022	2021
	MZN	MZN
Dívida subordinada em 1 de Janeiro	49,727,486	165,961,637
Adições/ serviços prestados	187,528,274	186,682,184
Pagamentos	(27,635,059)	(302,916,335)
	<b>209,620,701</b>	<b>49,727,486</b>

## 19. CAPITAL SOCIAL E PRÉMIO DE EMISSÃO

	2022	2021
	MZN	MZN
<i>Totalmente autorizadas, subscritas e pagas</i>		
Número de acções ordinárias	56,666,667	56,666,667
Valor nominal das acções	30	30
<b>Capital social</b>	<b>1,700,000,010</b>	<b>1,700,000,010</b>
<b>Prémio de emissão</b>	<b>524,000</b>	<b>524,000</b>

### 19.1. Dividendos pagos aos accionistas

	2022	2021
	MZN	MZN
Dividendos de exercícios anteriores declarados durante o ano	989,748,463	611,155,026
Dividendos por pagar	(484,467,880)	-
<b>Total de dividendos pagos</b>	<b>505,280,583</b>	<b>611,155,026</b>
Total de acções ordinárias	56,666,667	56,666,667
<b>Dividendo por acção</b>	<b>17.47</b>	<b>10.79</b>

Os dividendos de MZN 989.7 milhões de meticais (2021: MZN 611 milhões) foram declarados e parcialmente pagos pelo Banco durante o exercício em análise aos acionistas ordinários e são debitados ao capital próprio no

exercício em que são declarados e aprovados.

Os dividendos por acção são obtidos dividindo-se o total de dividendos pela média ponderada das acções emitidas durante o ano.

	2022	2021
	MZN	MZN
Reserva legal	887,695,296	610,856,508
Pagamento baseado em acções	7,114,733	6,699,982
	<b>894,810,029</b>	<b>617,556,490</b>

**Reserva legal:** De acordo com a legislação moçambicana, o Banco deve destinar anualmente, para uma reserva legal, não inferior a 30% do seu lucro auditado do ano anterior após impostos, até que essa reserva seja igual ao montante do capital.

**Reservas para pagamento baseado em acções:** O Grupo Letshego Holdings Limited opera um Plano de Incentivo de Longo Prazo (LTIP), que foi aprovado pelos acionistas do grupo em uma assembleia geral extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2005.

projeções internas quanto às condições específicas sendo alcançadas.

As acções são atribuídas na holding, Letshego Holdings Limited, que está listada na Bolsa de Valores de Botswana. As acções concedidas nos termos do plano não podem exceder 10% das acções ordinárias emitidas da empresa holding, Letshego Holdings Limited.

O número máximo de acções que podem ser alocadas a qualquer participante individual no esquema é de 1% das acções ordinárias emitidas da holding.

A atribuição de prémios de acções ao abrigo do plano relativo à gestão do Banco Letshego SA teve início em 2019. O período de carência dos prémios de acções é geralmente de três anos.

De acordo com o plano, prémios de acções condicionais são concedidos à gerência e aos funcionários-chave. A estimativa de acções a serem adquiridas por um ano é baseada em

	Acções concedidas 2022	Preço ponderado 2022
	MZN	MZN
Saldo inicial	6,699,982	11.42 / 4.92
Concedido durante o período	414,751	4.46
<b>Saldo final</b>	<b>7,114,733</b>	<b>11.42 / 4.92 / 4.46</b>

	Acções concedidas 2021	Preço ponderado 2021
	MZN	MZN
Saldo inicial	4,359,640	11.42 / 4.92
Concedido durante o período	2,340,342	4.46
<b>Saldo final</b>	<b>6,699,982</b>	<b>11.42 / 4.92 / 4.46</b>

Os prémios de acções em circulação em 31 de Dezembro de 2022 têm preços de exercício denominados na moeda do Botswana (BWP),

equivalentes a MZN 11,42, MZN 4,92 e MZN 4,46 e períodos de carência médios ponderados de 15 e 27 meses, respectivamente.

## 21. MARGEM FINANCEIRA

	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Créditos e aplicações:		
- Clientes	2,799,996,373	2,860,137,251
- Bancos	65,989,888	62,880,749
Outros	-	-
	<b>2,865,986,261</b>	<b>2,923,018,000</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Empréstimos de bancos	(202,533,855)	(160,997,043)
Locações	(13,341,245)	(17,989,113)
Acções preferenciais	(213,226,301)	(213,226,301)
Depósitos de clientes	(464,562,528)	(446,622,646)
	<b>(893,663,929)</b>	<b>(838,835,103)</b>
	<b>1,972,322,332</b>	<b>2,084,182,897</b>

	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Rendimento de taxas e comissões</b>		
Taxas e comissões de crédito	74,000,853	92,642,376
Taxa de cobrança	25,924,208	57,253,398
Outras taxas e comissões	22,048,051	48,583,651
	<b>121,973,113</b>	<b>198,479,425</b>

	2022	2021
	MZN	MZN
<b>Gastos com taxas e comissões</b>		
Taxas de cobrança	-	-
Comissões de vendas	(167,162,793)	(112,295,559)
Comissão de garantia	(8,383,564)	(23,092,734)
Outras taxas e comissões	(78,744,284)	(65,069,571)
Taxa de negociação	(3,625,000)	(2,295,000)
	<b>(257,915,641)</b>	<b>(202,752,865)</b>
	<b>(135,942,528)</b>	<b>(4,273,440)</b>

## 23. OUTRSO RESULTADOS OPERACIONAIS

	2022	2021
	MZN	MZN
Participação nos lucros	253,827,812	88,643,090
Subsídios	33,260,637	7,278,152
Outros proveitos operacionais	40,212,662	46,178,579
	<b>327,301,111</b>	<b>142,099,821</b>
Outros gastos operacionais	(2,247)	(1,054,535)
	<b>(2,247)</b>	<b>(1,054,535)</b>
	<b>327,298,864</b>	<b>141,045,286</b>

As participações nos lucros estão relacionadas com os ganhos do plano de seguro para cobrir as dívidas incobráveis de clientes.

Este seguro é uma prática em todo o Grupo Letshego e é localmente gerido pelas seguradoras Sanlam e Hollard Seguros.

	2022	2021
	MZN	MZN
Salários e vencimentos	162,235,180	154,596,696
Contribuições para assistência médica	24,558,696	22,226,997
Custos com segurança social	7,086,422	6,742,642
Outros gastos com pessoal	39,347,439	71,662,884
	<b>233,227,737</b>	<b>255,229,219</b>

Outras despesas de pessoal incluem provisão de pagamento de licença, incentivo e bónus de pessoal, despesas com formações, custos de recrutamento, seguro de pessoal e taxas de associação de funcionários.

A variação registada em 2022 foi impulsionada principalmente pela redução dos incentivos e bónus de pessoal.

	2022	2021
	MZN	MZN
Honorários dos serviços de consultoria dos accionistas	8,821,932	9,378,388
Gastos de comunicação	48,712,734	45,252,511
Gastos gerais de escritório	19,040,962	20,423,813
Honorários de serviços especializados	78,488,277	57,780,773
Gastos com veículos	20,466,680	21,871,524
Material de escritório	6,571,572	11,839,707
Despesas de deslocação	50,827,870	29,495,890
Honorários de auditoria	4,080,501	3,691,355
Comissões de gestão	137,864,134	158,929,194
Outros gastos operacionais	146,113,882	95,165,988
	<b>520,988,544</b>	<b>453,829,143</b>

As comissões de gestão referem-se aos serviços de suporte oferecidos pelos funcionários da Letshego Holdings ao país. Estes incluem serviços partilhados, como sistemas e suporte de Tecnologias de Informação, serviços de gestão de projectos, auditoria interna, monitoramento de crédito, monitoria da experiência e inovação do cliente, assuntos corporativos, serviços de gestão de risco geral e outros serviços em recursos humanos, contabilidade, tesouraria e governança. Estas comissões são cobradas ou determinadas pelas condições de mercado.

prestados pela Letshego Holdings, em linha com a implementação de novos produtos e soluções.

Outros gastos operacionais são impactados principalmente por despesas de marketing e publicidade e contribuições de fundos de garantia de depósitos.

Outros gastos operacionais também incluem despesas bancárias, seguros, reparações e manutenções e serviços de correio. A variação homóloga foi impulsionada principalmente pelo aumento das contribuições para o fundo de garantia de depósitos em linha com o aumento da carteira de depósitos.

A variação homóloga foi impulsionada pelo aumento geral do número e volume de serviços

	2022	2021
	MZN	MZN
Imposto sobre o rendimento	387,621,320	508,225,103
Imposto diferido	10,407,665	(10,251,162)
	<b>398,028,985</b>	<b>497,973,941</b>

## 26.1. Imposto diferido

	2022	2021
	MZN	MZN
Saldo a 1 de Janeiro	20,387,284	10,136,123
Movimento do exercício	(10,407,664)	10,251,161
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>9,979,620</b>	<b>20,387,284</b>
Activos Tangíveis e Activos sob direito de Uso	(25,728)	5,065,704
Provisões para Gastos com o Pessoal	9,967,320	14,953,427
Ganhos e perdas cambiais não realizadas	38,028	368,154

## 26.2. Reconciliação do imposto corrente

	2022	2021
	MZN	MZN
Resultado antes de imposto	1,119,335,705	1,420,769,902
Imposto calculado à taxa de 32%	358,187,426	454,646,369
Efeito fiscal de:		
- Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	29,433,894	53,578,734
Imposto diferidos	10,407,665	(10,251,162)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>398,028,985</b>	<b>497,973,941</b>
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	<b>35.56%</b>	<b>35.77%</b>

## 26.3. Imposto corrente a pagar

	2022	2021
	MZN	MZN
Saldo a 1 de Janeiro	195,426,149	93,655,523
Imposto sobre o rendimento	398,028,985	497,973,941
Pagamentos	(619,625,609)	(396,203,315)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>(26,170,475)</b>	<b>195,426,149</b>
	2022	2021
	MZN	MZN
Activos tangíveis	(2,320,944)	(3,796,127)
Gastos com o pessoal	(9,967,320)	(14,953,427)
Ganhos (perdas) cambiais não realizadas	(38,028)	(368,154)
Locações	2,346,672	(1,269,577)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>(9,979,620)</b>	<b>20,387,283</b>

## 27. PARTES RELACIONADAS

	2022	2021
	MZN	MZN
Acções preferenciais (nota 17)	1,503,385,586	1,332,804,545
Dívida subordinada (nota 18)	209,620,701	49,727,486
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>1,713,006,287</b>	<b>1,382,532,031</b>

	2022	2021
	MZN	MZN
Gastos com juros a Letshego Holding Limited		
Acções preferenciais (nota 17)	213,226,301	213,226,301
Dívida subordinada	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>213,226,301</b>	<b>213,226,301</b>

	2022	2021
	MZN	MZN
Comissões de gestão	137,864,134	158,929,194
Custos com emissão de garantias	8,383,564	23,092,734
Despesas suportadas em nome do banco	30,754,958	25,565,964
Consultoria	7,560,000	7,560,000
Honorários aos administradores	1,261,932	1,818,388
	<b>185,824,588</b>	<b>216,966,280</b>

Partes relacionadas incorporam o grupo Letshego Holding Limited, accionistas minoritários e Administradores Não Executivos.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Guerra entre a Rússia e Ucrânia: perspectivas após um ano de conflito

A guerra Rússia - Ucrânia continua a ter impacto nos factores micro e macroeconómicos, principalmente resultantes da resposta geopolítica da comunidade financeira, decorrente de sanções de vários países aplicadas à Rússia, representando riscos significativos para a economia global no curto prazo, até 2024.

Estes riscos incluem crise energética, aumento do custo de vida, crise de abastecimento de alimentos e risco de agitação social.

As economias da África Subsaariana, em que Moçambique é integrante, estão fortemente ligadas ao desenvolvimento económico global e, portanto, vulneráveis à desaceleração e alta probabilidade de recessão em economias avançadas e mercados emergentes, ao aperto nas condições financeiras globais e à volatilidade nos preços das commodities, factores com um peso forte nas perspectivas económicas em 2023. Consequências prováveis desta situação incluem:

- Desaceleração dos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB),
- Prevalência de taxas de inflação elevadas e acima das expectativas dos bancos centrais, principalmente impulsionada pela inflação das importações; e
- Taxas de juro com tendência crescente. Moçambique e, consequentemente, o Banco Letshego sofrerão os impactos desta guerra, no entanto, este não pode ser determinado à data deste relatório.

### Alteração do coeficiente de reservas obrigatórias

A coberto da Circular nº 01/EMO/2023, de 25 de Janeiro, o Banco de Moçambique agravou os coeficientes de reservas obrigatórias, passando de 10.50% para 28.00% em moeda nacional e de 11% para 28.50% em moeda estrangeira,

com efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2023, como medida de absorção do excesso de liquidez no sector bancário, com tendências de gerar pressões inflacionistas.

A medida implicou um incremento global de cerca de MZN 108 mil milhões na reserva obrigatória detida pelo banco central, com os seguintes impactos no sector bancário e na economia no geral:

- Redução das receitas de juros e similares, devido à absorção dos MZN 108 mil milhões;
- Redução do apetite em aplicações de curto prazo, em virtude do seu efeito adverso no rácio de liquidez;
- Redução dos activos líquidos e, consequentemente, desafios acrescidos para a satisfação do mínimo regulamentar de 25% no rácio de liquidez;
- Pressão para a subida da PLR, em consequência da actualização do factor de prémio de risco e da redução da taxa de retorno de depósitos;
- Desaceleração do crescimento económico em virtude da redução de activos líquidos;
- Redução das taxas de juros de depósitos, para compensar o agravamento do coeficiente de reservas obrigatórias;
- Baixa disponibilidade de moeda estrangeira no mercado, com potencialidade de culminar com a desvalorização da moeda nacional.

Não obstante os impactos adverso destas alterações, o Banco Letshego esboçou mecanismos de curto prazo que consistiram na reestruturação das fontes de financiamento, com vista não só ao cumprimento dos rácios prudenciais (reserva obrigatória e rácio de liquidez), como também à restituição do negócio a níveis aceitáveis.

Da análise efectuada, não há indícios materiais para o Banco que afectem a continuidade das operações.

## ANEXO À CIRCULAR Nº 3 E 4 /SHC/ 2007 MODELO IV

(Milhares de Metical)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022										
CÓDIGO DE CONTAS	ACTIVO	ANO			CÓDIGO DE CONTAS	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR		
		VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIIDADE E AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LIQUIDO					ANO ANTERIOR	ANO ANTERIOR
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	281,808		281,808	209,981	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-	
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	463,480		463,480	264,519	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-	
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociação	-		-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	4,133,878	4,012,248	
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-		-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponíveis para Venda.	-		-	-	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	-	-	
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	380,400		380,400	762,401	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	-	-	
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+3400+3408-3510-3518-35210-35211-5210(1)-53010-53018	Créditos a clientes	10,721,843	277,941	10,443,901	9,939,455	44	Derivados de Cobertura	-	-	
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1) 3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	-		-	-	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas	232,158	168,115	
21	Derivados de Cobertura	-		-	-	47	Provisões	-	-	
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	-		-	-	490	Passivos por Impostos correntes	-	-	
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-		-	-	491	Passivos por impostos diferidos	724,094	395,445	
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	353,263	186,880	166,383	136,404	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	-	
29-3583-361	Activos Intangíveis	47,780	25,987	21,793	32,725	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1) (2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	1,138,856	637,598	
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	6,327		6,327	6,327		Capital	2,683,970	2,683,970	
300	Activos por Impostos correntes	90,391		90,391	16,338	55	Prémios de Emissão	524	524	
301	Activos por Impostos diferidos	9,980		9,980	20,387	602	Outros Instrumentos de Capital	-	-	
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	408,049		408,049	331,848	57	Acções Próprias	-	-	
						58+59	Reservas de Reavaliação	-	-	
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	2,637,726	2,704,264	
						64	Resultado do Exercício	721,307	922,796	
						-63	Dividendos antecipados	-	-	
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>12,763,321</b>	<b>490,809</b>	<b>12,272,512</b>	<b>11,720,386</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>12,272,512</b>	<b>11,720,386</b>	

		ANO	ANO ANTERIOR
9000 + 9010	Garantias e avals prestadas	-	-
9100 + 9110	Garantias e avals recebidas	-	-
9001 + 9011	Aceites e endossos	-	-
9700 + 9710	Activos dados em garantia	-	-
92000(*) + 92100(*)	Compromissos resultantes de operações de venda com opção recompra	-	-
9701 + 9711	Activos recebidos em garantia	-	-
990	Aplicações abatidas ao activo	510,771	471,761
995	Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	-	-

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas  
 (2) A rubrica 50 deveria ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor  
 (3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

(Milhares de Metical)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022			
CÓDIGO DE CONTAS	DÉBITO	ANO	ANO ANTERIOR
79+80	Juros e Rendimentos Similares	2,865,986	2,923,018
66+67	Juros e Encargos Similares	893,663	838,835
	<b>Margem Financeira</b>	<b>1,972,323</b>	<b>2,084,183</b>
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-
81	Rendimentos com serviços e Comissões	62,063	-
68	Encargos com Serviços e Comissões	150,652	185,659
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	447	(1,150)
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienação de Outros Activos	-	(1,724)
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	269,620	202,061
	<b>Produto Bancário</b>	<b>2,153,800</b>	<b>2,097,711</b>
70	Custo com Pessoal	427,661	349,584
71	Gastos Gerais Administrativos	313,928	238,130
77	Amortização do Exercício	59,974	76,388
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-	-
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos de Reversões e Recuperações	232,901	12,840
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Líquida de reversões e Recuperações	-	-
	<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>1,119,336</b>	<b>1,420,770</b>
65	Impostos Correntes	387,621	508,225
74-86	Impostos Diferidos	10,408	(10,251)
640	<b>Resultados após Impostos</b>	<b>721,307</b>	<b>922,796</b>
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Líquido após Impostos de Operações Descontinuadas	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>721,307</b>	<b>922,796</b>

(1) Parte aplicável do Saldo destas Rubricas.

O Responsável pela Informação

(P / O Director)

Carlos Nhamahango

### ENCONTRE-NOS EM TODO PAÍS

**AGÊNCIA LICHINGA** (Província de Niassa)  
 Edifício sede do INSS (Hotel Girassol ao lado da farmácia), Bloco A, R/C - Lichinga,  
 Tel.: +258 27 121600/1, Cel.: +258 84 2005769

**AGÊNCIA TETE** (Província de Tete)  
 Av. 25 de Junho, tãlão nº 1400 - Bairro Josina Machel, Tel.: +258 25 223614/5  
 Cel.: +258 84 2005768

**AGÊNCIA PEMBA**  
 Av. 25 de Setembro, nº 500 - Bairro Cariaco  
 Cel.: +258 82 3614450/ 84 4901658

**AGÊNCIA NAMPULA** (Cidade de Nampula)  
 Rua Monomotapa, nº 18, R/C, Cel.: +258 84 7264494

**AGÊNCIA QUELIMANE** (Cidade de Quelimane)  
 Av. 1 de Julho e Filipe Samuel, nº 70 e 130  
 Cel.: +258 84 7264263

**AGÊNCIA BEIRA** (Província de Sofala)  
 Rua Poder Popular, nº 302 Beira, Chaimite  
 Tel.: +258 23 329100/1, Cel.: +258 84 2005774

**AGÊNCIA CHIMOIO**  
 Rua de Mossurize, Cel.: +258 82 3614347/ 84 2553022

**AGÊNCIA INHAMBANE** (Cidade de Inhambane)  
 Bairro Balane, Av. de Moçambique, nº 98 R/C  
 Cel.: +258 84 7264247

**AGÊNCIA XAI-XAI** (Cidade de Xai-Xai)  
 Av. Samora Machel, R/C, Cel.: +258 84 7264215

**AGÊNCIA SEDE** (Cidade de Maputo)  
 Av. Eduardo Mondlane, nº 3024,  
 Cel.: +258 84 3031300/ 84 3025413

**AGÊNCIA KARL MARX** (Cidade de Maputo)  
 Av. Karl Marx, nº. 1211, R/C

**AGÊNCIA MATOLA** (Província de Maputo)  
 Av. Dr. Kuthumula, nº 580, Q.45, R/C  
 Tel.: +258 21 723700/1, Cel.: +258 84 2005773

**SEDE** (Cidade de Maputo)  
 Av. Fernão de Magalhães, nº 1217  
 Tel.: +258 21 226000